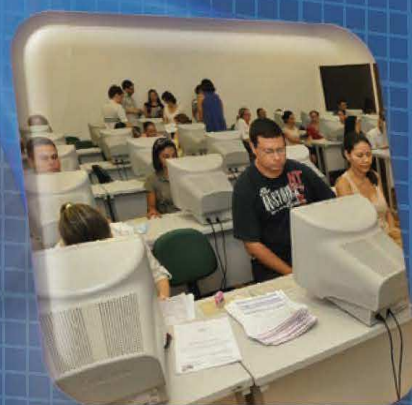


Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015

Exercício 2012

VOLUME II



PPA
Plano Plurianual 2012-2015

Secretaria de
Estado de Planejamento,
Orçamento e Finanças

Secretaria
Especial
de Gestão

GOVERNO DO
PARÁ

SUMÁRIO

VOLUME I

INTRODUÇÃO	17
PODER EXECUTIVO	21
PROGRAMAS ESTRATÉGICOS DE GOVERNO.....	21
DIMENSÃO DA PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.....	23
PROGRAMA: ATENÇÃO PRIMÁRIA DE SAÚDE.....	25
PROGRAMA: MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE NA SAÚDE.....	29
PROGRAMA: PROTEÇÃO SOCIAL NO SUAS	36
PROGRAMA: SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.....	42
DIMENSÃO DA DEFESA SOCIAL E SEGURANÇA PÚBLICA	47
PROGRAMA: PACTO PELOS DIREITOS HUMANOS.....	49
PROGRAMA: PRÓ-PAZ - POR UMA CULTURA DE PAZ	53
PROGRAMA: SEGURANÇA PELA PAZ	60
DIMENSÃO DA PROMOÇÃO SOCIAL	67
PROGRAMA: EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE.....	69
PROGRAMA: UNIVERSIDADE PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PARÁ	77
DIMENSÃO DA INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	83
PROGRAMA: CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO.....	85
PROGRAMA: CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	91
PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO PORTUÁRIO E HIDROVIÁRIO.....	96
PROGRAMA: HABITAR PARA VIVER MELHOR	101
PROGRAMA: INTEGRAÇÃO METROPOLITANA	107
PROGRAMA: SANEAMENTO É VIDA	113
PROGRAMA: SISTEMA PARAENSE DE INOVAÇÃO	118
PROGRAMA: GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL	123
PROGRAMA: FLORESTA SUSTENTÁVEL	130

DIMENSÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INCENTIVO

À PRODUÇÃO..... 135

PROGRAMA: PARÁ COMPETITIVO 137

PROGRAMA: MUNICÍPIOS VERDES 145

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA
E AQUICULTURA..... 150

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA
AGROPECUÁRIA. 156

PROGRAMA: MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR..... 164

DIMENSÃO DA GESTÃO 171

PROGRAMA: VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO 173

DEMAIS PROGRAMAS DE GOVERNO 179

ÁREA: PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL 181

PROGRAMA: CUIDAR PARA VIVER 183

PROGRAMA: DOAR É VIDA 188

PROGRAMA: EDUCAÇÃO NA SAÚDE 191

PROGRAMA: HEMOVIDA 195

PROGRAMA: VIGILÂNCIA EM SAÚDE 199

PROGRAMA: ARTESANATO PARAENSE 203

PROGRAMA: ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO 206

PROGRAMA: BOLSA TRABALHO 210

PROGRAMA: COMBATE AS DROGAS 213

PROGRAMA: GERAÇÃO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA..... 216

PROGRAMA: INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA 221

ÁREA: DEFESA SOCIAL E SEGURANÇA PÚBLICA..... 225

PROGRAMA: GESTÃO INTEGRADA DO CONHECIMENTO 227

PROGRAMA: IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL E SOCIAL 230

PROGRAMA: PACTO PELA LIBERDADE 233

PROGRAMA: SEGURANÇA NO TRÂNSITO 238

PROGRAMA: VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR DO SISTEMA
ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA 241

ÁREA: PROMOÇÃO SOCIAL 245

PROGRAMA: ESPORTE E LAZER: UM CAMINHO PARA A
INCLUSÃO SOCIAL..... 247

PROGRAMA: NOSSA ARTE, NOSSA CULTURA..... 252

PROGRAMA: O PARÁ QUE LÊ.....	258
PROGRAMA: REVITALIZAÇÃO, PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E IDENTIDADE CULTURAL	262
PROGRAMA: VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR DA EDUCAÇÃO.....	266

ÁREA: INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA PARA O

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	269
PROGRAMA: DISSEMINAÇÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO.....	271
PROGRAMA: ENERGIA NO PARÁ	274
PROGRAMA: GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS	278
PROGRAMA: INCLUSÃO DIGITAL PARA O DESENVOLVIMENTO – NAVEGAR PARÁ.....	281
PROGRAMA: TERRITÓRIO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL	285
PROGRAMA: VALORIZAÇÃO DA SOCIOBIODIVERSIDADE	289

ÁREA: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INCENTIVO

À PRODUÇÃO	293
PROGRAMA: PROGRAMA DE REDUÇÃO DA POBREZA E GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS DO ESTADO DO PARÁ - PARÁ RURAL	295
PROGRAMA: TURISMO NA AMAZÔNIA	299

ÁREA: GESTÃO

PROGRAMA: COMUNICAÇÃO PÚBLICA GOVERNAMENTAL	307
PROGRAMA: DEFESA DOS DIREITOS DO ESTADO	311
PROGRAMA: FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	314
PROGRAMA: GESTÃO DO PLANEJAMENTO INFORMAÇÕES ESTADUAIS	317
PROGRAMA: GESTÃO FAZENDÁRIA	321
PROGRAMA: GESTÃO GOVERNAMENTAL	325
PROGRAMA: MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DO ESTADO	328
PROGRAMA: SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	331
PROGRAMA: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	335
PROGRAMA: TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL	338

VOLUME II

PODER LEGISLATIVO.....	347
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ.....	349
PROGRAMA: MANUTENÇÃO DA GESTÃO.....	353
PROGRAMA: VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO.....	355
PROGRAMA: COMUNICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO.....	357
PROGRAMA: MODERNIZAÇÃO DA GOVERNANÇA E GESTÃO DA ALEPA.....	360
PROGRAMA: QUALIDADE NO PROCESSO LEGISLATIVO.....	363
PROGRAMA: SOCIAL COMUNITÁRIO.....	365
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ.....	369
PROGRAMA: CONTROLE EXTERNO.....	371
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS.....	377
PROGRAMA: CONTROLE EXTERNO MUNICIPAL.....	379
PROGRAMA: VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO.....	383
PROGRAMA: MANUTENÇÃO DA GESTÃO.....	385
PODER JUDICIÁRIO.....	387
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO.....	389
PROGRAMA: ACESSO AO SISTEMA DE JUSTIÇA.....	392
PROGRAMA: EFICIÊNCIA OPERACIONAL.....	396
PROGRAMA: INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	400
PROGRAMA: ATUAÇÃO INSTITUCIONAL.....	404
PROGRAMA: GESTÃO DE PESSOAS.....	408
PROGRAMA: RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	413
PROGRAMA: GERENCIAMENTO E CONTROLE DA ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS DO FRJ.....	417
MINISTÉRIO PÚBLICO.....	421
PROGRAMA: DEFESA DA SOCIEDADE.....	423

ÓRGÃOS CONSTITUCIONAIS INDEPENDENTES.....	429
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS.....	431
PROGRAMA: LEGITIMAÇÃO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS.....	433
PROGRAMA: MANUTENÇÃO DA GESTÃO.....	435
PROGRAMA: VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR.....	436
MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS.....	437
PROGRAMA: LEGITIMAÇÃO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS.....	439
PROGRAMA: MANUTENÇÃO DA GESTÃO.....	441
PROGRAMA: VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO.....	442
DEFENSORIA PÚBLICA.....	445
PROGRAMA: PROMOÇÃO E DEFESA DE DIREITOS.....	449



PODER LEGISLATIVO



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012 A 2015

ANO 2012

APRESENTAÇÃO

A contínua melhoria da qualidade das políticas públicas e sua efetividade junto à sociedade é um princípio que eleva os desafios para a gestão pública. Para a Assembléia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA), a avaliação dos programas vem se constituindo em uma das principais ferramentas gerenciais para conferir melhor qualidade ao gasto público e melhorar os resultados da ação legislativa, contribuindo para o fortalecimento da cultura de gestão por resultados na administração pública, estimulando o desempenho dos programas.

Em cumprimento ao disposto no art. 15 da Lei Estadual nº. 7.595, de 28 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2012/2015, cabe a este Poder Legislativo a avaliação dos Programas sob sua responsabilidade. Essa avaliação versa sobre os resultados provenientes da implementação dos programas da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, apresentando os principais resultados, e os demonstrativos financeiros dos valores referentes às ações desenvolvidas, conferindo maior transparência em relação à aplicação dos recursos públicos.

A avaliação anual é parte fundamental do modelo de gestão do Plano Plurianual (PPA) e tem como objetivo fornecer uma análise acurada quanto aos resultados previstos nos programas e as suas contribuições para o alcance dos objetivos deste poder como um meio de aperfeiçoamento contínuo da gestão, que proporcionem maior eficácia na alocação de recursos do Poder Legislativo Estadual, no PPA.

PROGRAMA: MANUTENÇÃO DA GESTÃO**Órgão Responsável:** Assembléia Legislativa do Estado**Órgão(s) Executor (es):** ALEPA**Objetivo:** Implementar Ações que Valorizem a Gestão Administrativa do Legislativo**Público Alvo:** Servidores e Parlamentares Deste Poder**Principais Resultados do Programa**

A Assembléia Legislativa do Estado do Pará tem o condão de contribuir para o desenvolvimento da sociedade paraense em conjunto com os demais poderes. Para tanto, é precípua perseguir alguns objetivos, tais como, corrigir falhas, evitar desperdícios, melhorar a gestão, o desempenho das políticas públicas e dos controles internos, disseminação das melhores práticas observadas na administração e, em especial, o aprimoramento da legislação estadual. Neste sentido, tem-se como principal ação a Fiscalização Externa. Em razão das dificuldades de acompanhamento, observam-se algumas distorções entre metas previstas e resultados alcançados, em especial no dimensionamento das metas. É importante ressaltar que a atuação dos representantes legislativos da ALEPA gera expressivos benefícios ao erário estadual e aos cidadãos, mensuráveis e não mensuráveis. No ano de 2012, este poder acumulou uma economia na ordem de R\$ 29 milhões.

Quadro de Avaliação Física e Financeira das Ações

Em R\$ 1,00

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot.Atualizada OGE 2012	Executado	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Operacionalização das Ações Administrativas	21.386.570	18.677.104	0,87	Ação Realizada	100	87	0,87
Análise: Em 2012, foi destinada para o programa a dotação orçamentária no valor de R\$ 21.389.570 milhões, tendo sido realizados os valores de R\$ 18.677,104 milhões correspondente a 87% do total.							

Em R\$ 1,00

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot.Atualizada OGE 2012	Executado	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Administração de Recursos Humanos	204.039.305	201.729.949	0,98	Ação Realizada	100	98	0,98
Análise: Em 2012, foi destinada para o programa a dotação orçamentária no valor de R\$ 204.039.305 milhões, tendo sido realizados os valores de R\$ 201.729.949 milhões correspondente a 98% do total programado.							

Análise do Status do Programa

Os resultados estimados sugerem um efeito positivo das transferências monetárias recebidas do governo do Estado sobre o fato de os recursos serem prioritariamente destinados à manutenção do Legislativo com despesas diversas e bens duráveis. Assim, estes recursos estão sendo gastos de forma eficiente.

Análise Quanto à Concepção do Programa

A gestão por programa objetiva o alcance de resultados mediante a utilização de processos estruturados e instrumentos adequados à interação dos programas, motivando a tomada de decisão e a correção de rumos a partir da execução da programação

Análise Quanto à Implementação do Programa

No primeiro ano de aplicação do Plano Plurianual 2012 (PPA), que estabelece as diretrizes, objetivos e metas da administração pública. Disso decorre que o PPA é o instrumento coordenador de todas as ações administrativas e, como tal, a ALEPA vem se adequando aos programas.

PROGRAMA: VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO**Órgão Responsável:** Assembléia Legislativa do Estado**Órgão(s) Executor (es):** ALEPA**Objetivo:** Aprimorar a Execução das Políticas Voltadas Para os Servidores Públicos**Público Alvo:** Servidores Públicos Deste Poder**Principais Resultados do Programa**

A estratégia de gestão adotada pela ALEPA quanto à valorização do servidor, que são integrantes do planejamento global da mesma, tem oferecido aos servidores uma gama de oportunidades através das ações realizadas para a valorização dos servidores deste Poder, é importante ressaltar que houve um grande esforço no sentido de garantir melhor qualificação ao servidor através de convênio com a Escola de Governo, FADESP, UFPA e Escola do Legislativo que capacitou um significativo contingente de servidores.

Quadro de Avaliação Física e Financeira das Ações

Em R\$ 1,00

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot.Atualizada OGE 2012	Executado	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Assistência Médica e Odontologia	3.712.825	3.571.164	0.96	Ação Realizada	1.222	1.185	96
Análise: Em 2012, foi destinada para o programa a dotação orçamentária no valor de R\$ 3.712.825 milhões, tendo sido realizados os valores de R\$ 3.571.164 milhões correspondente a 96 % do total.							

Em R\$ 1,00

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot.Atualizada OGE 2012	Executado	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Auxilio Alimentação	22.275.000	22.253.734	0.99	Ação Realizada	8.388	8.386	99
Análise: Em 2012, foi destinada para o programa a dotação orçamentária no valor de R\$ 22.275.000 milhões, tendo sido realizados os valores de R\$ 22.253.734 milhões correspondente a 99% do total							

Em R\$ 1,00

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2012	Executado	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Auxílio Transporte	420.408	411.540	0.97	Ação Realizada	620		97
Análise: Em 2012, foi destinada para o programa a dotação orçamentária no valor de R\$ 420.408 mil, tendo sido realizados os valores de R\$ 411.540 mil correspondente a 97 % do total.							

Análise do Status do Programa

Uma análise de sensibilidade dos resultados obtidos a fim de se verificar a robustez do método à presença de variáveis não observadas, bem como à especificação do modelo de escore de propensão. Os resultados estimados sugerem um efeito positivo das transferências monetárias. O fato de os recursos serem prioritariamente destinados a despesas com alimentos, educação, produtos de higiene e vestuário, despesas diversas e bens duráveis significa que, estão sendo gastos de forma eficiente.

Análise Quanto à Concepção do Programa

Vale ressaltar que, apesar dos esforços empreendidos no primeiro ano de aplicação do PPA para reverter o quadro de dificuldades herdado ao longo de décadas, muito ainda precisa ser feito. Apesar de ter apresentado alguma melhora.

Análise Quanto à Implementação do Programa

O instrumento de organização da ação governamental é o orçamento, e à concretização dos objetivos pretendidos, resulta do reconhecimento de carências, demandas sociais e econômicas e oportunidades necessárias e suficientes, de modo que o Poder Legislativo procurou através da implementação dos programas concebidos no PPA dar maior transparência às suas ações.

PROGRAMA: COMUNICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO**Órgão Responsável:** Assembléia Legislativa do Estado**Órgão(s) Executor (es):** ALEPA**Objetivo:** Levar ao Conhecimento da População as Ações do Poder Legislativo**Público Alvo:** População do Estado do Pará**Principais Resultados do Programa**

Facilita a compreensão e a prestação de contas à sociedade, gerando informações à promoção da melhoria da qualidade da ação pública e de seus resultados para a população e ampliar a transparência da gestão publica.

Quadro de Avaliação Física e Financeira das Ações

Em R\$ 1,00

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot.Atualizada OGE 2012	Executado	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Ações de Publicidade	1.660.695	1.516.183	0.91	Ação Realizada	225	200	89
Análise: Em 2012, foi destinada para o programa a dotação orçamentária no valor de R\$ 1.660.695 milhões, tendo sido realizados os valores de R\$ 1.516.183 milhões correspondente a 91% do total.							

Em R\$ 1,00

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot.Atualizada OGE 2012	Executado	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Comunicação Social e Marketing Institucional	34.699	34.699	100	Ação Realizada	22	22	100
Análise: Em 2012, foi destinada para o programa a dotação orçamentária no valor de R\$ 34.699 mil, tendo sido realizados os valores de R\$ 34.699 mil correspondente a 100 % do total.							

Em R\$ 1,00

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2012	Executado	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Implantação do Canal Próprio de TV	847.593	720.000	0.84	Ação Realizada	01	01	30
Análise: Em 2012, foi destinada para o programa a dotação orçamentária no valor de R\$ 847.593 mil, tendo sido realizados os valores de R\$ 720.000 mil correspondente a 84 % do total							

Em R\$ 1,00

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2012	Executado	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Implementação da Ouvidoria da ALEPA	41.175	41.175	1.00	Ação Realizada	01	01	100
Análise: : Em 2012, foi destinada para o programa a dotação orçamentária no valor de R\$ 41.175 mil, tendo sido realizados os valores de R\$ 41.175 mil correspondente a 100 % do total.							

Em R\$ 1,00

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2012	Executado	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Mecanismos de Transparência Administrativa e da comunicação Interna	31.175	31.175	1.00	Ação Realizada	22	15	68

Em R\$ 1,00

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2012	Executado	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Modernização do Portal Eletrônico	41.175	40.662	0.98	Ação Realizada	22	22	100

Análise do Status do Programa

Com a nova filosofia e as novas praticas de gestão o programa começa a dar resultados, tornando visível para a comunidade a utilização transparente dos recursos públicos na ALEPA.

Análise Quanto à Concepção do Programa

Vale ressaltar que, apesar dos esforços empreendidos no primeiro ano de aplicação do PPA para melhorar a comunicação do Poder Legislativo com a comunidade, muito ainda precisa ser feito. A despeito de ter apresentado algum avanço nessa direção.

Análise Quanto à Implementação do Programa

Cada programa articula um conjunto coerente de ações, necessárias e suficientes para enfrentar um problema, de modo que o Poder Legislativo procurou através da implementação dos programas concebidos no PPA, melhorar sua atuação e dar maior transparência as suas ações.

PROGRAMA: MODERNIZAÇÃO DA GOVERNANÇA E GESTÃO DA ALEPA**Órgão Responsável:** Assembléia Legislativa do Estado**Órgão(s) Executor (es):** ALEPA**Objetivo:** Modernizar a Administração Legislativa Visando Aumentar a Eficiência, a Eficácia, a Efetividade, a Economicidade, a Excelência e a Execução dos Processos de Planejamento**Público Alvo:** População do Estado do Pará**Principais Resultados do Programa**

Seu norte de atuação visou contribuir para o alcance de uma boa governança pública, para a promoção da ética e da transparência, bem como para a redução das vulnerabilidades e riscos de ocorrência da corrupção. Os principais resultados referem-se ao aprimoramento da gestão.

Quadro de Avaliação Física e Financeira das Ações

Em R\$ 1,00

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2012	Executado	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Adesão e Implantação do Programa GES Pública	24.283	24.283	1.00	Ação Realizada	22	22	100

Análise: Em 2012, foi destinada para o programa a dotação orçamentária no valor de R\$ 24.283 mil, tendo sido realizados os valores de R\$ 24.283 mil correspondente a 100 % do total.

Em R\$ 1,00

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2012	Executado	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Construção da Nova Sede	12.074.371	1.531.250	0,12	Ação Realizada	25	03	12

Análise: Em 2012, foi destinada para o programa a dotação orçamentária no valor de R\$ 12.074.371 milhões, tendo sido realizados os valores de R\$ 1.153.371 milhões correspondente a 12% do total.

Em R\$ 1,00

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2012	Executado	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Desenvolvimento da Cultura de Promoção e Implantação de Mudança	25.091	25.091	1.00	Ação Realizada	5	1	20

Análise: Em 2012, foi destinada para o programa a dotação orçamentária no valor de R\$ 25.091 mil, tendo sido realizados os valores de R\$ 25.091 mil correspondente a 100 % do total.

Em R\$ 1,00

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2012	Executado	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Desenvolvimento da Política e da Capacidade de Gestão de Pessoas	28.439	2.500	0,08	Ação Realizada	22	02	09

Análise: Em 2012, foi destinada para o programa a dotação orçamentária no valor de R\$ 28.439 mil, tendo sido realizados os valores de R\$ 2.500 mil correspondente a 08 % do total.

Em R\$ 1,00

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2012	Executado	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Fortalecimento da Capacidade de Planejamento Gestão e Avaliação das Políticas Públicas	4.699	4.669	1.00	Ação Realizada	25	1	04

Análise: Em 2012, foi destinada para o programa a dotação orçamentária no valor de R\$ 4.699 mil, tendo sido realizados os valores de R\$ 4.699 mil correspondente a 100 % do total.

Em R\$ 1,00

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2012	Executado	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Implantação do Modelo de Gestão do Conhecimento e Inovação	24.939	24.939	1.00	Ação Realizada	22	12	54

Análise: Em 2012, foi destinada para o programa a dotação orçamentária no valor de R\$ 24.939mil, tendo sido realizados os valores de R\$ 24.939 mil correspondente a 100 % do total.

Em R\$ 1,00

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2012	Executado	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Implantação do Controle Interno	13.644	13.644	1.00	Ação Realizada	01	01	100

Análise: Em 2012, foi destinada para o programa a dotação orçamentária no valor de R\$ 13.644 mil, tendo sido realizados os valores de R\$ 13.644 mil correspondente a 100 % do total.

Em R\$ 1,00

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2012	Executado	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Modernização da Gestão da Informação dos sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação –TIC	1.406.335	1.121.751	0,79	Ação Realizada	22	18	81

Análise: Em 2012, foi destinada para o programa a dotação orçamentária no valor de R\$ 1.406.335 milhões, tendo sido realizados os valores de R\$ 1.121.751 milhões correspondente a 79 % do total.

Em R\$ 1,00

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2012	Executado	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Redesenho da Estrutura Organizacional e Processos Legislativos	22.108	22.108	1.00	Ação Realizada	25	5	20

Análise: Em 2012, foi destinada para o programa a dotação orçamentária no valor de R\$ 22.108 mil, tendo sido realizados os valores de R\$ 22.108 mil correspondente a 100% do total.

Análise Quanto à Concepção do Programa

Para implementar um programa concebido no PPA 2012 no que diz respeito a melhoria da governança, apesar de dificuldades operacionais e estruturais, a ALEPA no ano de 2012 procurou desenvolver ações para reverter o quadro de dificuldades herdado ao longo de décadas, muito ainda precisa ser feito.

Análise Quanto à Implementação do Programa

Cada programa articula um conjunto coerente de ações, necessárias e suficientes para enfrentar um problema, deste modo o Poder Legislativo procurou através da implementação dos programas concebidos no PPA possibilitar maior transparência as suas ações.

PROGRAMA: QUALIDADE NO PROCESSO LEGISLATIVO**Órgão Responsável:** Assembléia Legislativa do Estado**Órgão(s) Executor (es):** ALEPA**Objetivo:** Sistematizar e Priorizar as Ações Finalísticas do Poder Legislativo**Público Alvo:** População do Estado do Pará**Principais Resultados do Programa**

Os principais resultados que a Assembléia Legislativa do Pará alcançou no ano de 2012, foram obtidos através de 90% de aproveitamento de sua produção legislativa, que contribuiu para melhoria da qualidade do processo legislativo, a atuação da ALEPA gera expressivos benefícios ao erário estadual e aos cidadãos, mensuráveis e não mensuráveis.

Quadro de Avaliação Física e Financeira das Ações

Em R\$ 1,00

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2012	Executado	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Elaboração, Análise e Apreciação das Proposições Legislativas	18.476.003	16.468.628	0,89	Ação Realizada	2.000	1.500	75
Análise: Em 2012, foi destinada para o programa a dotação orçamentária no valor de R\$ 18.476.00 milhões, tendo sido realizados os valores de R\$ 16.468.628 milhões correspondente a 89% do total.							

Em R\$ 1,00

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2012	Executado	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Escola do Legislativo	85.142	8.564	0,10	Ação Realizada	192	150	78
Análise: Em 2012, foi destinada para o programa a dotação orçamentária no valor de R\$ 85.142 mil, tendo sido realizados os valores de R\$ 8.564 mil correspondente a 10 % do total.							

Em R\$ 1,00

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2012	Executado	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Interiorização do Processo Legislativo	549.518	548.899	0,99	Ação Não Realizada	12	0	0

Análise: Em 2012, foi destinada para o programa a dotação orçamentária no valor de R\$ 549.518 mil, tendo sido realizados os valores de R\$ 548.899 mil correspondente a 99 % do total.

Em R\$ 1,00

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2012	Executado	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Normatização do Controle Externo	4.699	4.699	1.00	Ação Realizada	22	00	00

Análise: Em 2012, foi destinada para o programa a dotação orçamentária no valor de R\$ 4.699 mil, tendo sido realizados os valores de R\$ 4.699 mil correspondentes a 100 % do total.

Análise do Status do Programa

Vale ressaltar que, apesar dos esforços empreendidos no primeiro ano de aplicação do PPA para reverter o quadro de dificuldades herdado ao longo de décadas, muito ainda precisa ser feito. Apesar de ter apresentado alguma melhora.

Análise Quanto à Concepção do Programa

Além da atuação do Poder Legislativo na área legislativa e no aprimoramento da legislação e apreciação das matérias no menor espaço de tempo, procurou-se dar maior atenção aos cidadãos.

Análise Quanto à Implementação do Programa

O Poder Legislativo procurou através da implementação dos programas concebidos no PPA dar maior transparência às suas ações.

PROGRAMA: SOCIAL COMUNITÁRIO**Órgão Responsável:** Assembléia Legislativa do Estado**Órgão(s) Executor (es):** ALEPA**Objetivo:** Prestar Assistência aos Cidadãos que Demandam Serviço de Saúde, Educação e Cultura**Público Alvo:** População Carente**Principais Resultados do Programa**

No contexto das ações de fomento do controle social, o programa desenvolveu ações de fortalecimento a cultura, ensino, saúde e cidadania.

Quadro de Avaliação Física e Financeira das Ações

Em R\$ 1,00

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2012	Executado	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Apoio à Entidades e Eventos Culturais	225.585	189.130	0.73	Ação Realizada	350	20	05
Análise: Em 2012, foi destinada para o programa a dotação orçamentária no valor de R\$ 225.585 mil, tendo sido realizados os valores de R\$ 189.130 mil correspondente a 73% do total.							

Em R\$ 1,00

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2012	Executado	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Apoio as Ações aos Municípios	34.010	22.187	0.65	Ação Realizada	143	20	13
Análise: Em 2012, foi destinada para o programa a dotação orçamentária no valor de R\$ 34.010 mil, tendo sido realizados os valores de R\$ 22.187 mil correspondente a 65 % do total.							

Em R\$ 1,00

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2012	Executado	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Manutenção das Ações da Creche	12.885	3.158	0.24	Ação Realizada	170	170	100
Análise: Em 2012, foi destinada para o programa a dotação orçamentária no valor de R\$ 12.885 mil, tendo sido realizados os valores de R\$ 3.158 mil correspondente a 24% do total.							

Em R\$ 1,00

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2012	Executado	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Manutenção das Ações do Ambulatório	164.398	75.100	0,45	Ação Realizada	50.000	40.000	80

Em R\$ 1,00

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2012	Executado	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Manutenção das Ações do Centro de Atendimento ao Cidadão	499.518	413.149	0,82	Ação Realizada	100	90	90

Análise: Em 2012, foi destinada para o programa a dotação orçamentária no valor de R\$ 499.518 mil, tendo sido realizados os valores de R\$ 413.149 mil correspondente a 82% do total.

Análise do Status do Programa

Vale ressaltar que, apesar dos esforços empreendidos no primeiro ano de aplicação do PPA para reverter o quadro de dificuldades herdado ao longo de décadas, muito ainda precisa ser feito.

Análise Quanto à Concepção do Programa

Vale ressaltar que, apesar dos esforços empreendidos no primeiro ano de aplicação do PPA para reverter o quadro de dificuldades herdado ao longo de décadas, muito ainda precisa ser feito. A despeito de ter apresentado alguma melhora em alguns setores da ALEPA.

Análise Quanto à Implementação do Programa

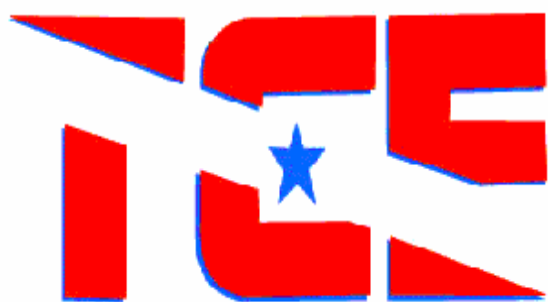
O instrumento de organização da ação governamental é o orçamento, e à concretização dos objetivos pretendidos. Resulta do reconhecimento de carências, demandas sociais e econômicas e oportunidades. Para isso, cada programa articula um conjunto coerente de ações, necessárias e suficientes para enfrentar um problema, de modo o Poder Legislativo procurou

através da implementação dos programas concebidos no PPA dar maior transparência as suas ações.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, sob a luz do êxito obtido por meio das ações desenvolvidas pela Assembléia Legislativa do Estado do Pará em 2012, podemos avaliar positivamente os resultados da ALEPA em todas as suas frentes de atuação, os quais permitiram à instituição o alcance de seus objetivos setoriais: desenvolver as atividades do sistema de controle interno, prevenir a corrupção, combater a impunidade e ampliar a transparência da gestão pública, apesar das dificuldades operacionais e estruturais.

Reflexo dos esforços empreendidos pela instituição em defesa do Estado, entre outras.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

PROGRAMA: CONTROLE EXTERNO**Órgão Responsável:** Tribunal de Consta do Estado do Pará - TCE**Órgão Executor:** TCE**Objetivo:** Assegurar a efetiva e regular gestão dos recursos públicos estaduais em benefício da sociedade e auxiliar a Assembléia Legislativa no exercício do controle externo.**Público Alvo:** Sociedade, Assembléia Legislativa e Gestores de Recursos Públicos Estaduais**EXECUÇÃO DO PROGRAMA:**

No exercício de 2012, o valor programado para a execução das ações do Programa foi da ordem de R\$ 102 milhões, tendo sido realizado R\$ 91 milhões no cumprimento das ações e metas planejadas, o que corresponde a 89% do total.

Tabela 1 - Recursos do Programa 2012

R\$1.000,00

DISCRIMINAÇÃO	VALOR	%
Dotação atualizada	102.769	100
Dotação realizada	91.945	89

Fonte: SIAFEM

Nota: Dotação Atualizada - Recurso orçamentário
Despesa Realizada - Execução financeira**INDICADORES:****Tabela 2 - Indicadores do Programa 2012**

Discriminação	Unidade de Medida	Índice de Referência	Índice Esperado	Índice Alcançado
Tempo Médio de Tramitação de Processos	Dias	379,8	365	641,9
Idade Média do Passivo de Processos	Anos	10,5	2	4,5

Fonte: SIGED

DESEMPENHO DAS AÇÕES DO PROGRAMA:**Tabela 2 - Metas Físicas do Programa 2012**

Ação	Produto	PPA	Realizado	%
Ampliação da Infraestrutura do Tribunal de Contas do Estado	Ampliação Realizada (Un)	1	1	100
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores	Servidor Atendido (Un)	580	635	109
Auxílio Alimentação aos Servidores	Servidor Beneficiado (Un)	744	770	103
Desenvolvimento de Competências Profissionais	Servidor Capacitado (Un)	1.540	2.563	166
Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Estaduais	Entidade Fiscalizada (Un)	140	66	47
Modernização da Capacidade Institucional do Tribunal de Contas do Estado	Instituição Modernizada (Prc)	25	25	100
Operacionalização da Escola de Contas do TCE	Serviço operacional realizado (Prc)	100	100	100
Operacionalização das Ações Administrativas	Serviço operacional realizado (Prc)	100	100	100
Publicidade Institucional	Divulgação realizada (um)	16	26	162

Fonte: Sistema de Gestão Tribunal de Contas do Estado do Pará

Nota: Percentual (%) - Alocação do alcance das metas previstas no PPA.

A análise do desempenho em conjunto das ações do programa permite observar que as metas estabelecidas para o exercício de 2012 foram cumpridas.

A ação **Ampliação da Infraestrutura do Tribunal de Contas do Estado**, viabilizou o início da **Construção do Anexo VI**, tendo sido elaborados os projetos arquitetônicos e complementares, realizado o processo licitatório e firmado o contrato para construção do Anexo VI da sede do TCE/PA, que se encontra em execução com previsão de conclusão da obra para dezembro de 2013.

A ação **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores** que tem como objetivo a preservação da integridade físico-psicológica dos servidores, proporcionando maior produtividade e redução de absenteísmo, garantiu a realização de 6.727 procedimentos em 2012, envolvendo 635 servidores.

No que se refere a ação **Auxílio Alimentação aos Servidores** foram beneficiados 770 servidores no exercício de 2012.

Na implementação da ação **Desenvolvimento de Competências Profissionais** que objetivava promover o desenvolvimento técnico e gerencial dos servidores do TCE/PA e de seus órgãos jurisdicionados, bem como a disseminação de conhecimentos que auxiliem no aperfeiçoamento da gestão pública foram capacitados por meio de Fóruns, Simpósios, Encontros Técnicos, Ciclo de Palestras e Cursos, 2.563 servidores estaduais, o que representa um acréscimo de 60% sobre a meta definida no PPA que era de 1.540 servidores capacitados.

No que se refere à ação **Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Estaduais** que tinha por objetivo realizar a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, foram concluídas 66 (sessenta e seis) auditorias programadas com emissão do respectivo relatório final, sendo 36 (trinta e seis) referentes à Administração Direta e 30 (trinta) referentes à Administração Indireta. Os fatores primordiais para o não alcance da meta estão associados ao esgotamento do modelo de fiscalização utilizado, levando à aquisição de sistema informatizado de gerenciamento de fiscalizações pelo TCE, e a dispensa de servidores temporários que atuavam nas Controladorias, com o ingresso de novos servidores concursados, que tiveram de passar por treinamento, não atuando durante este período diretamente no processo de fiscalização, resultando na reformulação das equipes e na extensão dos prazos estabelecidos para as auditorias programadas.

Na busca pela implementação da ação **Modernização da Capacidade Institucional do Tribunal de Contas do Estado**, que objetiva a modernização institucional no processo de fiscalização face às novas demandas proporcionadas pela sociedade, foram realizadas atividades de modernização de normas, reestruturação organizacional, redefinição de métodos, processos e procedimentos de auditoria, manualização de procedimentos, aquisição de equipamentos, desenvolvimento de sistemas e programas. Dentre as quais destacamos:

- Aprovação da nova Lei Orgânica do TCE, instituída por meio da Lei Complementar nº. 081, de 26.04.12;
- Elaboração de novo Regimento Interno do Tribunal, aprovado pelo Plenário em dezembro de 2012 e instituído pelo Ato nº. 63/2012;

- Realização de treinamento aos servidores do Departamento de Controle Externo sobre o Sistema de Gerenciamento de Auditoria (SGA) que desenvolve o papel de plataforma tecnológica para a metodologia de fiscalização;
- Atualização do Manual do Sistema de Planejamento e Gestão do TCE, com a inclusão da fase de Gerenciamento da Estratégia que compreende o modelo de acompanhamento dos planos integrantes do Sistema de Planejamento e Gestão do TCE;
- Reestruturação organizacional com aprovação de Projeto de Lei de Criação e Alteração de Cargos;
- Criação da Ouvidoria do Tribunal.

Na implementação da ação **Operacionalização da Escola de Contas do TCE**, foram realizadas atividades que permitiram a consolidação dos procedimentos e rotinas da Escola de Contas assim como proporcionaram um significativo aumento das participações dos entes jurisdicionados, a partir do referencial quantitativo, nos eventos oferecidos pelo TCE/PA, dentre as quais destaca-se:

- Elaboração do Catálogo de Ações Educacionais para 2012, com definições de temas prioritários para o exercício;
- Inserção na Rede ENAP;
- Assinatura do Convênio de Cooperação Educacional, Técnico e Científico com o TCE/RJ;
- Elaboração do Guia Pedagógico;
- Aproximação com o ambiente externo, por meio de parcerias com as seguintes entidades:
 - Escola Nacional de Administração Pública (ENAP);
 - Instituto Serzedello Corrêa/TCU;
 - Escola de Governo do Estado do Pará (EGPA);
 - Conselho Regional de Contabilidade (CRC);
 - Controladoria Geral da União (CGU);
 - Escola Superior da Magistratura/TJE;
 - Conselho Regional de Economia (CORECON);

A **Operacionalização das Ações Administrativas** objetiva desenvolver ações que viabilizem a gestão administrativa do TCE, em implementação foram executados todos os serviços de apoio e suporte de natureza administrativa necessários ao funcionamento do Tribunal.

A ação **Publicidade Institucional** assegurou a divulgação de informações institucionais aos jurisdicionados e à sociedade, tendo a meta estabelecida para o período sido alcançada por meio de divulgações das ações do TCE em emissoras de televisão, jornais, rádios, internet, outdoor, cartilhas, folderes e panfletos. Dentre as divulgações destacamos a **Implementação do programa "É da Sua Conta Pará"**, com a produção e veiculação na TV Cultura de 11 programas no ano de 2012, com objetivo de apresentar a atuação e as iniciativas desenvolvidas pelo TCE/PA, com transmissão para mais de 130 municípios alcançados pela emissora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo desempenho alcançado no desenvolvimento das ações pode-se concluir que o Programa Controle Externo contribuiu para o aumento da eficiência e qualidade dos serviços prestados, com benefícios para toda a sociedade e assim atingiu seu objetivo de assegurar a efetiva e regular gestão dos recursos públicos estaduais em benefício da sociedade e auxiliar a Assembléia Legislativa no exercício do controle externo.

Vale ressaltar que as ações do Programa Controle Externo, no exercício de 2012, foram executadas alinhadas aos objetivos estratégicos definidos no Plano Estratégico do Tribunal permitindo assim o cumprimento de sua Missão "Exercer o controle externo em benefício da sociedade, orientando, acompanhando e fiscalizando a efetiva e regular gestão dos recursos públicos estaduais".



Relatório de Avaliação dos Resultados dos Programas do PPA – 2012/2015

TCM/PA - EXERCÍCIO 2012

PROGRAMA: CONTROLE EXTERNO MUNICIPAL**Órgão Responsável:** Tribunal de Contas dos Municípios - TCM**Órgão Executor:** TCM**Objetivo:** Orientar e fiscalizar a administração e a gestão dos recursos públicos municipais em benefício da sociedade.**Público Alvo:** População do Estado do Pará**Quadro de Avaliação Física e Financeira das Ações**

Em R\$

Ação	Financeiro			Produto/ Unidade de Medida	Físico		
	Dot. Atualizada OGE 2012 (R\$)	Executado (R\$)	% Execução		Programado *	Executado	% Execução
Capacitação de Agentes Públicos Municipais	265.900,00	40.649,42	15,29	Servidores treinados	576	843	146,35
Análise: Embora a meta financeira tenha alcançado apenas 15,29%, a execução física ultrapassou o programado, resultando economicidade para o Órgão.							

Em R\$

Ação	Financeiro			Produto/ Unidade de Medida	Físico		
	Dot. Atualizada OGE 2012 (R\$)	Executado (R\$)	% Execução		Programado *	Executado	% Execução
Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos	73.637.964,00	81.000.519,75	109,99	Órgão / Entidade municipal fiscalizada	864	965	111,69
Análise: Meta financeira compatível com a execução.							

Em R\$

Ação	Financeiro			Produto/ Unidade de Medida	Físico		
	Dot. Atualizada OGE 2012 (R\$)	Executado (R\$)	% Execução		Programado *	Executado	% Execução
Modernização do Parque Tecnológico	1.300.000,00	430.585,00	33,12	Sistema e equipamento atualizado	1	0	0,00
Análise: O não cumprimento da meta, deu-se em detrimento de necessidades de aplicação em outras ações.							

Em R\$

Ação	Financeiro			Produto/ Unidade de Medida	Físico		
	Dot. Atualizada OGE 2012 (R\$)	Executado (R\$)	% Execução		Programado *	Executado	% Execução
Implementação de Ações de Desenvolvimento Organizacional	348.860,00	453.530,70	130,00	Servidor beneficiado	429	429	100,00
Análise: A obtenção do resultado foi de acordo com a programação.							

Em R\$

Ação	Financeiro			Produto/ Unidade de Medida	Físico		
	Dot. Atualizada OGE 2012 (R\$)	Executado (R\$)	% Execução		Programado *	Executado	% Execução
Construção da Escola de Contas	400.000,00	64.795,50	16,19	Escola de Contas Construída	1	0	0,00

Análise: Foi efetuada apenas a elaboração dos projetos executivos e complementares da Escola de Contas.

Em R\$

Ação	Financeiro			Produto/ Unidade de Medida	Físico		
	Dot. Atualizada OGE 2012 (R\$)	Executado (R\$)	% Execução		Programado *	Executado	% Execução
Ações de Publicidade	150.000,00	150.000,00	100	Divulgação realizada	1	1	100,00

Análise: Dentro das expectativas

Em R\$

Ação	Financeiro			Produto/ Unidade de Medida	Físico		
	Dot. Atualizada OGE 2012 (R\$)	Executado (R\$)	% Execução		Programado *	Executado	% Execução
Modernização do Sistema de Controle Externo-Promoex	390.000,00	4.050,00	1,03	Controle Externo modernizado	1	0	0,00

Análise: No exercício de 2012 não foi liberado recurso do PROMOEX, sendo, portanto prejudicado a execução da ação. O prazo do Convênio celebrado com o Ministério do Planejamento foi prorrogado para junho/2013

Em R\$

Ação	Financeiro			Produto/ Unidade de Medida	Físico		
	Dot. Atualizada OGE 2012 (R\$)	Executado (R\$)	% Execução		Programado *	Executado	% Execução
Implementação da Escola de Contas	0,00	0,00	0,00	Servidor capacitado	0,00	0,00	0,00

Análise: Execução não prevista para 2012

(*) Quando não coincidente com a meta prevista no PPA no ano de 2012, considera-se a meta física programada no Orçamento Geral do Estado (OGE)- 2012

Análise do Status do Programa

Em R\$ 1,00

PPA 2012 (R\$)	Dot. Inicial OGE 2012 (R\$)	Dot. Atualizada OGE 2012 (R\$)	Realizado 2012 (R\$)	% Execução *	Status do Programa
76.492.724	76.492.724,00	82.623.302,23	82.144.130,37	99,42	Suficiente

Análise: Das oito ações que compõem o Programa, 05 (cinco) obtiveram resultados satisfatórios e uma delas (implementação da escola de contas) não estava prevista para execução no exercício de 2012 .

(*) Percentual do Realizado 2012/Dotação Atualizada OGE 2012

Análise dos Indicadores

Indicador/ Unidade / Fonte	Responsável pela Apuração	Índice de Referência		Índice Esperado		Executado
		Data da Apuração	Índice	2012	2015	2012
Tempo médio de apreciação dos processos pelo Tribunal / Fonte: TCM/PA – DIPLAN	TCM/PA	Maio/2011	795	556	400	612
Índice de jurisdicionados e integrantes da sociedade treinados / Fonte: TCM/PA – DAM	TCM/PA	dezembro / 2010	958	1200	1500	1602
Índice de satisfação dos servidores com as práticas de gestão de pessoas / Fonte: TCM/PA – DRH	TCM/PA	-	Não tem	50% bom ou excelente	65% bom ou excelente	50% bom ou excelente
Índice de procedimentos padronizados e manualizados / Fonte: TCM/PA – DI	TCM/PA	-	Não tem	40% de padronização	55% de padronização	40% de padronização

Análise Quanto à Concepção do Programa

O programa em referência consubstancia-se nas competências essenciais do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, que são as de apreciar, analisar, inspecionar, auditar e julgar as contas das Prefeituras Municipais, Câmaras Municipais e demais Entidades criadas e mantidas pelo Poder Público Municipal, seus balancetes, balanços e documentos relativos à gestão de dinheiros, bens e valores públicos.

Análise Quanto à Implementação do Programa

No intuito de se firmar como instituição de excelência no serviço público, o TCM/PA vem empreendendo esforço no sentido de promover a transparência da gestão pública, controlar prazos no trâmite de processos, intensificar o uso da tecnologia da informação e orientar os gestores públicos. O ano de 2012, com apoio de todo o corpo deliberativo, o TCM/PA implementou várias ações voltadas à consecução desses objetivos que evidenciam o compromisso institucional com a necessidade permanente de aperfeiçoamento das funções de controle, visando assegurar à efetiva e regular gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade.

PROGRAMA: VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO**Órgão Executor:** TCM**Objetivo:** Aprimorar a execução das políticas públicas voltadas para os servidores públicos.**Público Alvo:** Servidor Público Estadual**Quadro de Avaliação Física e Financeira das Ações**

Em R\$

Ação	Financeiro			Produto/ Unidade de Medida	Físico		
	Dot. Atualizada OGE 2012 (R\$)	Executado (R\$)	% Execução		Programado *	Executado	% Execução
Assistência Médica e Odontológica	100.000,00	147.184,23	147,18	Servidor beneficiado	462	462	100
Análise: Para o cumprimento da ação foi necessário ultrapassar a meta financeira							

Em R\$

Ação	Financeiro			Produto/ Unidade de Medida	Físico		
	Dot. Atualizada OGE 2012 (R\$)	Executado (R\$)	% Execução		Programado *	Executado	% Execução
Auxilio Alimentação	4.704.000,00	6.040.799,19	128,42	Servidor beneficiado	462	462	100
Análise: Para o cumprimento da ação foi necessário ultrapassar a meta financeira.							

Análise do Status do Programa

Em R\$

PPA 2012 (R\$)	Dot. Inicial OGE 2012 (R\$)	Dot. Atualizada OGE 2012 (R\$)	Realizado 2012 (R\$)	% Execução *
4.804.000,00	4.804.000,00	6.771.366,86	6.187.983,42	91,38
Análise: : As ações que compõem o Programa, apresentaram desempenhos suficientes quanto à eficiência.				

(*) Percentual do Realizado 2012/Dotação Atualizada OGE 2012

Análise Quanto à Concepção do Programa

O aprimoramento da política interna de gestão de pessoas é um dos objetivos estratégicos do TCM/PA, e a valorização profissional do servidor é aspecto imprescindível para o cumprimento desses objetivos, visando a eficiência, eficácia e efetividade na prestação do serviço público em benefício à sociedade, pois, servidor valorizado é servidor motivado a cumprir com suas atribuições de forma tempestiva, transparente, ética, profissional e independente.

Análise Quanto à Implementação do Programa

A implementação do Programa deu-se de forma satisfatória para os servidores do TCM/PA, e o seu contexto organizacional, representado pela DRH, com vistas ao aperfeiçoamento e ampliação das práticas de gestão de pessoas, contribuiu de forma importante para o resultado alcançado. O desdobramento das ações deste programa propiciou a ampliação nos atendimentos emergenciais, médico e odontológico, além da concessão de benefícios voltados à integração, à manutenção da saúde objetivando a qualidade de vida dos servidores.

PROGRAMA: MANUTENÇÃO DA GESTÃO**Programa:** Valorização do Servidor Público**Órgão Executor:** TCM**Objetivo:** Implementação de ações que viabilizam a gestão administrativa do Estado do Pará.**Quadro de Avaliação Física e Financeira das Ações**

Em R\$

Ação	Financeiro			Produto/ Unidade de Medida	Físico		
	Dot. Atualizada OGE 2012 (R\$)	Executado (R\$)	% Execução		Programado *	Executado	% Execução
1. OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS	4.610.002,00	6.067.920,20	131,63	Servidor beneficiado	1	1	100
Análise: Para viabilizar a manutenção da gestão foi necessário incremento orçamentário e financeiro							

(*) Quando não coincidente com a meta prevista no PPA no ano de 2012, considera-se a meta física programada no Orçamento Geral do Estado (OGE) – 2012

Análise do Status do Programa

Em R\$

PPA 2012 (R\$)	Dot. Inicial OGE 2012 (R\$)	Dot. Atualizada OGE 2012 (R\$)	Realizado 2012 (R\$)	% Execução *
4.610.002,00	4.610.002,00	6.160.000,50	6.067.920,20	98,51
Análise: Para viabilizar a manutenção da gestão foi necessário incremento financeiro.				

(*) Percentual do Realizado 2012/Dotação Atualizada OGE 2012

Análise Quanto à Concepção do Programa

O programa sintetiza ações administrativas que auxiliam o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará no desempenho de suas competências institucionais e legais, viabilizando, por conseguinte, os meios necessários para que o Controle Externo exerça suas funções de fiscalizar e orientar à administração pública municipal.

Análise Quanto à Implementação do Programa

O Programa de manutenção da gestão, viabilizou a retaguarda necessária ao desempenho regular das atividades de Controle Externo, visando o cumprimento da missão deste TCM/PA.



PODER JUDICIÁRIO





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO PARÁ
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2012-2015

EXERCÍCIO 2012

APRESENTAÇÃO

Este relatório apresenta a avaliação resumida dos resultados dos principais Programas do PPA 2012-2015 – Exercício 2012 do Poder Judiciário, conforme estabelece a Lei n.º 7.595/2011. Cabe ressaltar que as ações previstas no Plano encontram-se alinhadas ao Planejamento Estratégico 2010-2014 e ao Plano de Gestão do Biênio 2011-2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJE).

Em 2012, o Poder Judiciário alavancou o processo de modernização e fortalecimento da capacidade de gestão, no sentido de cumprir a missão institucional de realizar a justiça na busca da excelência jurisdicional, com vistas a contribuir para o efetivo fortalecimento do estado democrático de direito.

O valor total orçamentário executado, em 2012, nos 10 Programas do PPA 2012-2015 sob a responsabilidade do TJE foi de R\$ 669.689.145,34, (Seiscentos e sessenta e nove milhões, seiscentos e oitenta e nove mil, cento e quarenta e cinco reais e trinta e quatro centavos), o equivalente a 87,49% da dotação atualizada.

Desse total, 07 (sete) Programas são finalísticos, tendo sido aplicado o montante de R\$ 191,3 milhões, o que representa 70,37% do total disponível inicialmente, conforme quadro abaixo:

PROGRAMA	Valor em R\$ 1.000,00		%
	Dotação Atualizada (a)	Liquidado (b)	c= (b÷a)
Acesso ao Sistema da Justiça	840,35	23,34	2,78
Eficiência Operacional	168.894,84	142.347,23	84,28
Infraestrutura e Tecnologia da Informação	81.329,45	37.483,87	46,09
Atuação Institucional	1.247,38	133,48	10,70
Gestão de Pessoas	17.581,95	10.485,74	59,64
Responsabilidade Social	744,47	188,38	25,30
Gerenciamento e Controle da Arrecadação das Receitas do FRJ	1.242,80	655,02	52,71
TOTAL	271.881,24	191.317,06	70,37

Fonte: Sistema GP Pará/ Coordenadoria de Orçamento do TJE

PROGRAMA: ACESSO AO SISTEMA DE JUSTIÇA**Órgão Responsável:** Tribunal de Justiça Do Estado Do Pará**Órgão Executor:** Tribunal de Justiça do Estado do Pará**Objetivo:** Garantir o Acesso à Justiça e a Efetividade do Cumprimento das Decisões judiciais**Público Alvo:** População do Estado do Pará**Principais Resultados do Programa**

1. 689,62% de alcance da meta estimada para os Acordos Homologados na justiça;
2. Total de acordos homologados 18.106, sendo, 4.443 acordos realizados durante a Semana de Conciliação;
3. Foram homologados R\$ 5,3 milhões em acordos durante a Semana de Conciliação;
4. Resultado de 173.201 atendimentos especializados, em 2012;
5. Alcance de meta de 312,83% para os Conflitos Fundiários Pacificados

Quadro de Avaliação Física e Financeira das Principais Ações

Ação	Financeiro (Em R\$ 1.000,00)			Físico			
	Dot.Atualizada OGE 2012	Executado (*)	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Conciliação com a Justiça	376	5,5	1,5	Acordo Realizado/Un	2.293	18.106	689,62

Análise: A ação Conciliação com a Justiça faz parte dos projetos emblemáticos do plano de gestão do biênio 2011-2012. A partir dessa ação foram contabilizados 18.106 acordos realizados um alcance da meta estimada de 689,62%. Desse total, 4.443 acordos foram homologados quando da realização da Semana de Conciliação, um dos maiores eventos realizados para dar celeridade à solução de conflitos. Durante a Semana de Conciliação, uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), é realizada a seleção de processos com a possibilidade de acordo e providenciado a intimação das partes envolvidas de forma a viabilizar a solução do conflito.

Esse evento tem como principal objetivo promover a solução pacífica dos litígios por intermédio da conciliação. As conciliações realizadas durante a semana são essencialmente as chamadas processuais, isto é, os respectivos processos já estavam em trâmite na Justiça. No entanto, também são promovidas as conciliações pré-processuais ou informais, ocorridas antes do processo ser instaurado e onde o próprio interessado busca a solução do conflito com o auxílio de conciliadores e/ou Juízes de Direito.

No evento foram realizadas 9.996 audiências públicas conduzidas por magistrados, juízes leigos, conciliadores e colaboradores, no atendimento de 16.115 pessoas um acréscimo de 13,5% em relação ao evento realizado em ano anterior. Merecem destaque os acordos homologados nos 106 municípios do Pará com meta alcançada de 2.234 acordos. Importante ressaltar que a ação Conciliação com a Justiça não se restringe apenas ao evento da semana de conciliação, mas sim durante todo o ano com vistas a tornar mais célere e efetiva a prestação jurisdicional, além de promover a cultura da paz. (*) valor liquidado

Ação	Financeiro (Em R\$ 1.000,00)			Físico			
	Dot.Atualizada OGE 2012	Executado (*)	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Concretizar a Justiça Especializada	243	4,0	1,7	Pessoa Atendida/Un	27.406	173.201	531,98

Análise: Essa ação alcançou 531,98% em número de pessoas atendidas com a justiça especializada. No total, foram 173.201 pessoas, gerando um montante de R\$ 4,0 mil no ano de 2012. Com o objetivo de proporcionar agilidade e aumento no número de atendimento especializado foi realizado em 07 municípios paraenses, com atendimento especializado nas Varas da Infância e Juventude; da Família; de Crimes contra Crianças e Adolescentes; do Juizado Especial Penal Ambiental; Juizado Especial Cível e Criminal do Idoso, entre outros.

Ação	Financeiro (Em R\$ 1.000,00)			Físico			
	Dot.Atualizada OGE 2012	Executado (*)	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Implementação do Núcleo de Gestão de Conflitos Fundiários	26,6	0,978	3,7	Conflito Pacificado/Un	374	1.170	312,83

Análise: Essa Ação é outro projeto estratégico do plano de gestão do biênio 2011-2012 que tem como objetivo articular ações de prevenção, pacificação e solução de conflitos fundiários no meio urbano e rural. Em 2012, a execução foi concretizada por meio de ações de prevenção e solução nas disputas que envolvam a posse da terra com base na conciliação e mediação. O atingimento da meta foi de 1.170 conflitos pacificados com um percentual de 312,83% da meta estimada. Isto reflete a eficácia das ações para instrução e julgamentos de ações penais destacadas como decorrentes de conflito no campo, sessões de julgamento pelo Tribunal do Júri dos referidos procedimentos e prolação de sentenças, entre outras. A Ação de sentença fundiária proferida ocorreu por meio do Juizado Especial Criminal, Vara Agrária, Juizado Especial Ambiental em 20 municípios paraense. Com destaque para Marabá (287), Castanhal (209) e Redenção (195). Nessa Ação foram aplicados R\$ 978,91 com uma execução de 3,7% do valor inicialmente programado para aplicar em número de sentenças fundiárias proferidas.

(*) Quando não coincidente com a meta prevista no PPA no ano de 2012, considera-se a meta física programada no Orçamento Geral do Estado (OGE)– 2012

Análise do Status do Programa

R\$ 1.000,00

PPA 2012	Dot. Inicial OGE 2012	Dot. Atualizada OGE 2012	Realizado 2012	% Execução *	Status do Programa
840,35	840,35	840,35	23,34	2,7	-

Análise: O Programa apresentou como resultado um percentual de 2,7% de execução para as ações que corroboram para a efetivação do Programa. Observa-se que o valor inicial de R\$ 840,35 mil não houve suplementação e o montante final aplicado foi de apenas R\$ 23,34 mil. Os resultados apresentados neste Status são de dados orçamentários financeiros, pois os dados físicos não constam do sistema GP-PARÁ.

(*) Percentual do Realizado 2012/Dotação Atualizada OGE 2012

Análise dos Indicadores

Indicador	Responsável pela Apuração	Índice de Referência		Índice Esperado				Índice Apurado
		Data Apuração	Índice	2012	2013	2014	2015	2012
Índice de Resolutividade de Ações de Conflito Fundiário Urbano e Rural	Estatística do TJE	ND	ND	10%	10%	15%	15%	24%
<p>Análise: O indicador apresenta a resolutividade das ações de conflitos fundiários, sendo em média, 10% ano o alcance da meta. Em 2012 as ações de pacificação de conflito fundiário ficaram em 13% acima do esperado para o mesmo período, o que representa um avanço muito bom nas ações articuladas de prevenção e solução nas disputas que envolva posse de terra, por meio da conciliação e mediação.</p>								
Número de Pessoas com Acesso a Justiça	Estatística do TJE	2010	278 Mil pessoas	306 mil pessoas	322 mil pessoas	337 mil pessoas	355 mil pessoas	438 mil pessoas
<p>Análise: Mede a eficiência do acesso das pessoas a Justiça. Nesse, ano de 2012, o indicador registrou incremento de 43% de alcance entre os resultados apurados e os estimados para 2012. O número de pessoas com acesso a justiça alcançou 438.000 pessoas.</p>								
Taxa de Congestionamento na Fase de Execução	Estatística do TJE	2010	68,84%	59%	56%	53%	51%	83%
<p>Análise: Este indicador mede a eficiência na prestação jurisdicional. Mede em termos proporcionais o volume de processos ainda passíveis de julgamento, na fase de execução. O indicador sinaliza a agilidade na prestação jurisdicional. Em 2012 o percentual apurado foi de 83%, ou seja, do total de processos judiciais baixados no ano em relação ao somatório dos casos novos no ano em análise e os casos pendentes do ano anterior. A meta apresentou acréscimo de 15% para a taxa de congestionamento na fase de execução em relação ao apurado e o esperado em 2012. Este número demonstra um resultado insatisfatório, pois quanto menor o resultado melhor o desempenho.</p>								

Análise Quanto à Concepção do Programa

A estratégia de concepção do Programa se originou da necessidade de facilitar o acesso dos cidadãos à justiça e promover a solução de conflitos fundiários urbanos e rurais, além de garantir a documentação e agilização dos trâmites judiciais, com a modernização dos Cartórios de Registros de Imóveis.

Análise Quanto à Implementação do Programa

A Estratégia de implementação surgiu com base de universalizar o atendimento à justiça e garantir uma equidade no atendimento às demandas da sociedade que

clamam por justiça, com isso possibilitar o acesso ágil, célere aos órgãos jurisdicionados.

O Programa tem como objetivo garantir o acesso à justiça e a efetividade do cumprimento das decisões judiciais. O Programa é constituído por 05 (cinco) ações orçamentárias, dentre elas 02 (duas) são consideradas como projetos estratégicos no Plano de Gestão do Biênio 2011-2012, são elas: Conciliação com a Justiça e a Implementação do Núcleo de Gestão de Conflitos Fundiários.

No ano de 2012 foram destinados para o Programa Acesso ao Sistema de Justiça, recursos orçamentários no valor de R\$ 840,35 mil, dos quais R\$ 23,34 mil foram efetivamente aplicados, correspondente a 2,8% do montante inicialmente previsto. Importante ressaltar que, os recursos deste Programa foram, na íntegra, viabilizados por meio da fonte do Fundo de Reparelhamento do Judiciário (FRJ).

PROGRAMA: EFICIÊNCIA OPERACIONAL**Órgão Responsável:** Tribunal de Justiça do Estado do Pará**Órgão(s) Executor (es):** TJE e JME**Objetivo:** Buscar a excelência na prestação jurisdicional e na gestão de custos operacionais, com responsabilidade socioambiental.**Público Alvo:** População do Estado do Pará**Principais Resultados do Programa**

1. Instaladas 03 Varas Judiciárias, com cobertura aos municípios de Paragominas, Benevides e Tailândia;
2. O Sistema de Gestão de Processos Judiciais (Libra) foi implantado em todas as 108 Comarcas paraenses, de 1ª e 2ª Entrância;
3. Garantida a prestação dos serviços jurisdicionais a 437.854 pessoas no Estado do Pará

Quadro de Avaliação Física e Financeira das Principais Ações

Ação	Financeiro (Em R\$ 1.000,00)			Físico			
	Dot.Atualizada OGE 2012	Executado (*)	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado	Executado	% Execução
Expansão da Infraestrutura Judiciária	38.926,25	18.107,97	46,52	Comarca/Vara Instalada (Un)	24	3	12,5
<p>Análise: A ação Expansão da Infraestrutura Judiciária faz parte dos projetos prioritários do plano de gestão do biênio 2011-2012. Diante do planejamento predefinido de expansão Judiciária foram instaladas 3 Varas contemplando os municípios de Paragominas, Benevides e Tailândia, ampliando o atendimento das Comarcas e buscando maior eficiência e celeridade na prestação jurisdicional, bem como à gestão cartorária.</p> <p>(*) valor liquidado.</p>							

Ação	Financeiro (Em R\$ 1.000,00)			Físico			
	Dot.Atualizada OGE 2012	Executado (*)	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado	Executado	% Execução
Implantação de Juizado Especial Digital	53,94	3,66	6,78	Juizado Digital Implantado. (Un)	9	1	11,11
<p>Análise: A ação Implantação de Juizado Especial Digital faz parte do Plano de Gestão do biênio 2011-2012 e objetiva implantar o Sistema de Processo Judicial Digital (PROJUDI) em todos os Juizados Especiais, com vistas a reduzir os custos, dar agilidade nos processos e a solução de conflitos. Este sistema foi desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça que tem como finalidade controlar os processos judiciais digitais.</p> <p>Em 2012, cabe destacar a implantação do Sistema PROJUDI no Juizado Especial de Parauapebas.</p>							

Ação	Financeiro (Em R\$ 1.000,00)			Físico			
	Dot.Atualizada OGE 2012	Executado (*)	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado	Executado	% Execução
Justiça ao Alcance de Todos	122.233,49	117.905,71	96,5	Pessoa Atendida (Un)	42.475	437.854	1.030
<p>Análise: Por meio da ação Justiça ao alcance de Todos foi garantida a prestação dos serviços jurisdicionais de 437.854 pessoas no Estado do Pará.</p>							

Ação	Financeiro (Em R\$ 1.000,00)			Físico			
	Dot.Atualizada OGE 2012	Executado (*)	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado	Executado	% Execução
Padronização de Rotinas e Procedimentos Judiciais	362,47	0,11	0,03	Número de Varas com Procedimentos Implantados (Un)	115	240	109,70
<p>Análise: A ação Padronização de Rotinas e Procedimentos Judiciais faz parte dos projetos prioritários do plano de gestão do biênio 2011-2012.</p> <p>Em 2012, a referida ação teve sua execução realizada em 240 unidades administrativas, seja na Região Metropolitana de Belém e interior do Estado. Cabe, ainda, ressaltar que por meio do Projeto Servidor Eficiente, foram capacitados servidores nas unidades Judiciárias em relação aos Manuais de Rotinas.</p>							

Ação	Financeiro (Em R\$ 1.000,00)			Físico			
	Dot.Atualizada OGE 2012	Executado (*)	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado	Executado	% Execução
Processo Administrativo Digital	554,40	165	29,76	Unidade Judicial com Processo Administrativo Digital Viabilizado (Un)	115	24	21
<p>Análise: A ação Processo Administrativo Digital compõe os projetos do Plano de Gestão do biênio 2011-2012 com vistas a automatizar a tramitação de documentos ou processos administrativos de forma totalmente digital com certificação digital, reduzindo, assim, a utilização de papel, de forma a promover a integração e celeridade na prestação dos serviços das unidades administrativas do Tribunal.</p> <p>Em 2012, o sistema SIGA-DOC foi normatizado e adaptado às especificidades do TJPA, de modo a possibilitar o registro, classificação, tramitação, armazenamento e recuperação de expedientes e processos administrativos de forma digital, sendo implantado em 24 unidades judiciais, incluindo a distribuição de equipamentos para usuários finais e a entrega de 190 Certificados Digitais.</p> <p>Por meio da Escola Superior da Magistratura foram capacitados 137 usuários em 07 turmas para a utilização do sistema. Além disso, foram iniciados os trabalhos de revisão e melhoria em modelos de documentos e no Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade (PCTT).</p>							

Ação	Financeiro (Em R\$ 1.000,00)			Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2012	Executado (*)	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado	Executado	% Execução
Projeto Libra	6.659,84	6.164,78	92,57	Unidade Judiciária com Sistema Libra Implantado (Un)	115	90	78,30

Análise: O Sistema de Gestão de Processos Judiciais (Libra) compõe os projetos prioritários do Plano de Gestão do biênio 2011-2012 e atende à meta do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de padronização dos serviços judiciais. O Libra é um sistema de gestão de processos judiciais do Poder Judiciário do Pará, desenvolvido integralmente pela Secretaria de Informática do TJE e contempla todos processos de 1º Grau e de Juizados Criminais.

O Libra começou a ser implantado no Estado do Pará em 2008, em substituição do Sistema de Acompanhamento Processual (SAP-XXI), e permite aos usuários, mediante cadastramento, o acesso a tramitação de processos por meio digital, de modo a dar maior celeridade aos trâmites processuais, economizar papel, além de melhorar a segurança dos dados judiciais.

O ano de 2012 foi marcado pela conclusão da implantação do Libra em 90 Comarcas, permitindo assim a integração de todas as 108 Comarcas do Estado do Pará ao Sistema Libra, o que representa avanço significativo em termos de segurança dos dados judiciais das Comarcas do interior e capital.

Cabe destacar que em 2012 o sistema foi aperfeiçoado, com a inserção de ferramentas para processo criminal, Guia de Recolhimento On-Line, Alvará de Soltura On-Line e controle de prazos processuais, assim como a implantação do Processo Eletrônico na Vara de Execuções Penais. Ressalta-se, ainda o início da implantação dos Módulos de Infância e Juventude, Execuções Penais e de Guias de Penas e Medidas Alternativas.

É importante destacar ainda o módulo do Libra Arrecadação, este responsável pela emissão de custas processuais, ou seja, módulo de arrecadação das receitas do Fundo de Reparelhamento do Judiciário (FRJ), também foi totalmente desenvolvido pela Secretaria de Informática do TJPA.

(*) Quando não coincidente com a meta prevista no PPA no ano de 2012, considera-se a meta física programada no orçamento Geral do Estado (OGE)– 2012.

Análise do Status do Programa

Em R\$ 1.000,00

PPA 2012	Dot. Inicial OGE 2012	Dot. Atualizada OGE 2012	Realizado 2012	% Execução *	Status do Programa
140.673,41	140.673,41	168.894,84	142.347,23	84,28	----

Análise: O Programa apresentou como resultado um percentual de 84,28% de execução para as ações que corroboram para a efetivação do Programa. Observa-se que o valor da dotação atualizada de R\$ 168 milhões e o montante final aplicado foi de R\$ 142 milhões.

Os resultados apresentados neste *Status* são de dados orçamentários e financeiros, pois os dados físicos não constam do sistema GP-PARÁ.

(*) Percentual do Realizado 2012/Dotação Atualizada OGE 2012

Análise dos Indicadores

Indicador	Responsável pela Apuração	Índice de Referência		Índice Esperado				Índice Apurado
		Data Apuração	Índice	2012	2013	2014	2015	
Taxa de Congestionamento do Poder Judiciário Estadual (TCJ)	Estatística do TJE	2010	62,49%	57,49%	52,49%	47,49%	42,49%	69,9%

Análise: Este indicador mede a eficiência na prestação jurisdicional. Mede em termos proporcionais o volume de processos em julgamento. O indicador sinaliza a agilidade na prestação jurisdicional. Em 2012, foi registrado Taxa de Congestionamento do Poder Judiciário Estadual de 69,9%, o que revela um aumento de 21,6% em relação ao índice esperado para o mesmo período, o que significa que de cada 100 processos ajuizados somente 30,1 foram decididos até o fim do ano de 2012. Tal resultado demonstra a necessidade de maior celeridade na vazão do fluxo processual pelo TJE.

Análise Quanto à Concepção do Programa

A concepção do Programa se originou da necessidade de redução do tempo em que os processos tramitam no Poder Judiciário, da ausência de padronização dos procedimentos judiciais e das rotinas de trabalho nas diversas secretarias judiciárias, bem como pela ausência de infraestrutura adequada.

Análise Quanto à Implementação do Programa

O Programa tem como objetivo buscar a excelência na prestação jurisdicional e na gestão de custos operacionais, com responsabilidade socioambiental. Constituído por 10 (dez) ações orçamentárias, 06 (seis) são consideradas como projetos estratégicos no Plano de Gestão do Biênio 2011-2012: Expansão da infraestrutura Judiciária, Implementação de Juizado Especial Digital, Implementação do Sistema de Gestão de Custos, Padronização de Rotinas e Procedimentos Judiciais, Processo Administrativo Digital e Projeto Libra.

Para implementação do Programa foram traçadas estratégias, tais como: implementar o sistema de modernização em governança em tecnologia de informação e comunicação (TIC) e estabelecer parcerias para desenvolvimento e utilização de sistemas de TI, concorrendo para o alcance do objetivo proposto pelo Programa.

No ano de 2012 foram destinados para o Programa de Eficiência Operacional, recursos orçamentários no valor de R\$ 168,9 milhões, dos quais R\$ 142,34 milhões foram efetivamente aplicados, correspondente a 84,28% do montante inicialmente previsto.

PROGRAMA: INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**Órgão Responsável:** Tribunal de Justiça do Estado do Pará - TJE**Órgão Executor:** TJE**Objetivo:** Garantir a infraestrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais, bem como disponibilizar sistemas essenciais de TIC**Público Alvo:** Unidades Administrativas e Judiciais do Poder Judiciário**Principais Resultados do Programa**

1. Em 2012 foram realizados 19.356 atendimentos pela Central de Serviços;
2. Foram realizadas intervenções em 34 unidades de segurança;
3. Entrega da segunda etapa da obra do novo Fórum de Ananindeua.

Quadro de Avaliação Física e Financeira das Principais Ações

Ação	Financeiro (Em R\$ 1.000,00)			Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2012	Executado (*)	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado	Executado	% Execução
Implantação da Central de Serviços	3.981,40	2.275,29	57,15	Central de Serviços Implantada	1	1	100
<p>Análise: A Central de Serviços foi concebida para atender de forma centralizada pela área de Tecnologia da Informação (TI) os usuários do Polo Central (Belém) e também dos 12 Polos Judiciários (Ananindeua, Vígia, Abaetetuba, Castanhal, Capanema, Paragominas, Marajó, Cameté, Marabá, Redenção, Altamira, Santarém). Em 2012 foram realizados 19.356 atendimentos, com uma média mensal de solução dentro do acordo de nível de serviço de 96%, o que significa uma atuação da Central de Serviços considerada satisfatória. Cabe ressaltar que de forma complementar, atualmente, encontra-se em fase de implantação a expansão dos Polos de suporte avançados nas Comarcas do interior, dando agilidade na resolução dos problemas e também na redução dos custos operacionais, propiciando maior eficiência.</p> <p>(*) valor liquidado</p>							

Ação	Financeiro (Em R\$ 1.000,00)			Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2012	Executado (*)	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado	Executado	% Execução
Atualização Tecnológica dos Sistemas de Processos Judiciais	4.709,45	1.305,81	27,73	Sistema Atualizado	11	27	145
<p>Análise: A ação tem como objetivo atualizar e implementar sistemas eletrônicos dos serviços jurisdicionais. Cabe ressaltar que o Tribunal de Justiça do Estado do Pará no ano de 2012 gerenciou 16 sistemas de processo (Libra, Libra arrecadação, SIAJU, Custas Web, SIC, SDJ, SAP2G, SIJE, PROJUDI, SISPE, Sistemas de Precatórios, SAPTR, SCP, SCI, SAPCOR, Oracle BI, Sistema de votação para a promoção de magistrados) e 11 sistemas administrativos (Malote Digital, PROAD, SIGA-DOC, Diário de Justiça Eletrônico, Mentor RH, Emissão de Certidões, Gravação de Audiência, Emissões <i>On line</i> de Certidões, PERGAMUM, Sistema de votação para a promoção de magistrados, intranet, Pauta de Relatório), totalizando 27 sistemas atualizados continuamente, tendo superado a meta em 145%, comparando com a meta estimada.</p>							

Ação	Financeiro (Em R\$ 1.000,00)			Físico			
	Dot.Atualizada OGE 2012	Executado (*)	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado	Executado	% Execução
Manutenção e Expansão da Rede de Comunicação entre Comarcas	7.636,06	4.524,18	59,25	Unidade Atendida	6	3	50

Análise: Todas as 108 Comarcas do Estado do Pará encontram-se interligadas em rede. Em 2012 foram atendidas 3 novas Varas contemplando os municípios de Paragominas, Benevides e Tailândia.

Ação	Financeiro (Em R\$ 1.000,00)			Físico			
	Dot.Atualizada OGE 2012	Executado (*)	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado	Executado	% Execução
Manutenção, Conservação e Restauração de Prédios do Poder Judiciário	44.946,55	14.755,70	32,83	Unidade Atendida	41	95	131,7

Análise: Em 2012, por meio da Ação Manutenção Conservação e Restauração de Prédios do Poder Judiciário foram efetivadas 95 intervenções em prédios públicos pertencentes do Poder Judiciário. Dessas obras, foram concluídas, em 2012, 6,32% e 23,16% iniciadas, em 2012, com previsão de conclusão em 2013. Ressalta-se, ainda que 70,53% são obras de manutenção nas unidades administrativas do TJE na Região Metropolitana de Belém e no Interior.

Destaca-se a entrega:

Segunda etapa do novo Fórum de Ananindeua. A nova área tem quatro pavimentos (3.837,57 m² de área construída), com capacidade para abrigar 11 (onze) Varas Cíveis da Comarca.

Novas instalações do Termo Judiciário de Inhangapi. O prédio passou por amplas reformas e conta agora com espaços mais modernos e funcionais, de acordo com as atuais normas e leis de segurança e acessibilidade, priorizando o atendimento aos jurisdicionados. O Termo Judiciário de Inhangapi está sob a jurisdição da Comarca de Castanhal, que sedia a 4ª Região Judiciária do Judiciário paraense.

Ação	Financeiro (Em R\$ 1.000,00)			Físico			
	Dot.Atualizada OGE 2012	Executado (*)	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado	Executado	% Execução
Programa de Segurança	6.196,40	4.028,17	65,01	Unidade de Segurança Implantada	21	34	62

Análise: Por meio da ação "Programa de Segurança", que objetiva implantar e manter instrumentos de segurança nas unidades do Poder Judiciário, foram realizadas intervenções em 34 unidades de segurança, o que corresponde a uma superação de 62% em relação ao previsto.

Ressalta-se 34 obras executadas:

- 4 pequenas reformas, até R\$150.000,00;
- 16 reformas com adaptação, até R\$1.500.000,00;
- 2 ampliações da infraestrutura física, até R\$ 1.500.000,00;
- 10 reformas com adaptações e novas construções, acima de R\$ 1.500.000,00;
- 2 ampliações da infraestrutura física, acima R\$ 1.500.000,00.

Além disso, em 2012 foram realizadas ações voltadas à segurança, conforme a seguir:

- Instalação de mais 4 postos de Vigilância Armada - Postos De 24h ou 12h;
- Execução de muro nos Fóruns de Santa Luzia e Medicilândia;
- Instalação de concertina nos Fóruns de Santa Luzia, Medicilândia e São Francisco do Pará;
- Instalação de sistemas de CFTV (Circuito Fechado de TV e Vídeo) no prédio Desembargador Paulo Frota, Fóruns de Icoaraci e Marabá;
- Instalação de 21 Unidades de PGDM (Porta Giratória Detectora de Metais); e
- Recolhimentos de armas em Comarcas do interior, totalizando 2.555.

(*) Quando não coincidente com a meta prevista no PPA no ano de 2012, considera-se a meta física programada no Orçamento Geral do Estado (OGE)- 2012

Análise do Status do Programa

R\$ 1.000,00

PPA 2012	Dot. Inicial OGE 2012	Dot. Atualizada OGE 2012	Realizado 2012	% Execução *	Status do Programa
59.886,22	59.886,22	81.329,45	37.483,87	46,09	----

Análise: O Programa apresentou como resultado um percentual de 46,09% de execução para as ações que corroboram para a efetivação do Programa. Observa-se que o valor da dotação atualizada de R\$ 81 milhões e o montante final aplicado foi de R\$ 37 milhões.

Os resultados apresentados neste Status são de dados orçamentários financeiros, pois os dados físicos não constam do sistema GP-PARÁ.

(*) Percentual do Realizado 2012/Dotação Atualizada OGE 2012

Análise dos Indicadores

Indicador	Responsável pela Apuração	Índice de Referência		Índice Esperado				Índice Apurado
		Data Apuração	Índice	2012	2013	2014	2015	2012
Coeficiente de Edificação e/ou Reformas Executadas por Imóvel do Poder Judiciário	Estatística do TJE	2009	9%	9%	9%	9%	9%	44%
Análise: No que diz respeito ao Coeficiente de edificação e /ou reformas executadas por imóvel, observa-se um índice apurado de 44%, bem superior ao índice esperado no mesmo período, o que revela um aumento substancial de intervenções físicas em prédios do Poder Judiciário.								
Índice de Disponibilidade de Infraestrutura de Equipamentos de Tecnologia	Estatística do TJE	ND	ND	96%	97%	98%	99%	97%
Análise: O indicador de disponibilidade de infraestrutura de equipamentos de tecnologia foi 97%, superando as metas de 96%, o que revela o esforço de ações nessa área de Tecnologia da Informação.								
Índice de Disponibilidade de Sistemas On-Line	Estatística do TJE	ND	ND	92%	94%	96%	97%	97%
Análise: O indicador de disponibilidade de sistemas <i>on line</i> superou o índice esperado. O resultado de 2012 para os foi 97%, superando as metas de 92%, o que demonstra que as ações referentes à Justiça estão sendo realizadas tempestivamente, obedecendo, dessa forma a Lei da Transparência.								

Análise Quanto à Concepção do Programa

Instalações inadequadas às atividades judiciais; falta de segurança dos prédios e dos itens de segurança patrimonial; necessária padronização das edificações do Poder Judiciário; abordagem reativa para solução de problemas relacionados à área de conhecimento tecnológico e economicidade no suporte aos serviços de TIC, motivaram a criação do Programa, trazendo como justificativa que otimizar a prestação jurisdicional e aumentar sua capilaridade são indispensáveis à renovação e a articulação dos recursos de tecnologia de informação, pontuando a necessidade de modernização, desenvolvimento de novas funcionalidades e ampliação do uso de sistemas em curso, adequação e manutenção da infraestrutura física.

Análise Quanto à Implementação do Programa

Para a implementação do Programa foram traçadas as estratégias de integrar os fluxos de trabalho, por meio da disponibilização de sistemas, programas e equipamentos de informática, contribuindo para o alcance do objetivo proposto de garantir a infraestrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais, bem como disponibilizar Sistemas essenciais de Tecnologia da Informação (TIC).

O Programa está constituído de 8 (oito) ações orçamentárias, dentre as quais duas são consideradas como projetos estratégicos do Plano de Gestão do Biênio 2011-2012: Programa de Segurança e Implantação de Central de Serviços.

No ano de 2012 foram destinados para o Programa Infraestrutura e Tecnologia da Informação, recursos orçamentários no valor de R\$ 81 milhões, dos quais R\$ 37 milhões foram efetivamente aplicados, correspondente a 46,09% do montante inicialmente previsto.

PROGRAMA: ATUAÇÃO INSTITUCIONAL**Órgão Responsável:** TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**Órgão Executor:** TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**Objetivo:** Fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, Instituições e setores de diferentes níveis, bem como disseminar valores éticos e morais.**Publico Alvo:** População do Estado do Pará**Principais Resultados do Programa**

1. Acordo de Cooperação Técnica entre TJPA, SEGUP e SUSIPE, que objetiva a implantação do sistema de envio eletrônico de alvarás de soltura diretamente às unidades carcerárias.
2. Realização do II Encontro de Execução Penal do Estado que objetiva promover a articulação entre instituições governamentais e não governamentais do Estado do Pará

Quadro de Avaliação Física e Financeira das Principais Ações

Ação	Financeiro (Em R\$ 1.000,00)			Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2012	Executado (*)	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Implementação das Ações de Comunicação e Publicidade	419,62	131,01	31,2	Notícia Difundida/un	1.498	716	48
<p>Análise: Divulgar as ações do Poder Judiciário com vistas a garantir a democratização das informações é o cerne do objetivo da ação, a qual registrou, em 2012, 716 notícias veiculadas pelo portal do TJPA, em "Notícias do Poder Judiciário". O site também disponibiliza informações no "Acontece no Tribunal" e no "Clipping on line". Outro aspecto a destacar é a disponibilização eletrônica do "Informativo TJPA".</p> <p>(*) valor liquidado</p>							

(*) Quando não coincidente com a meta prevista no PPA no ano de 2012, considera-se a meta física programada no Orçamento Geral do Estado (OGE)– 2012.

Análise do Status do Programa

R\$ 1.000,00

PPA 2012	Dot. Inicial OGE 2012	Dot. Atualizada OGE 2012	Realizado 2012	% Execução *	Status do Programa
1.613,46	1.613,46	1.247,38	133,48	10,7	-

Análise: O Programa apresentou como resultado um percentual de 10,7% de execução para as ações que corroboram para a efetivação do Programa. Observa-se que o valor inicial de R\$ 1,61 milhões e o montante final aplicado foi de R\$ 133 mil. Os resultados apresentados neste Status são de dados orçamentários financeiros, pois os dados físicos não constam do sistema GP-PARÁ.

(*) Percentual do Realizado 2012/Dotação Atualizada OGE 2012

Análise dos Indicadores

Indicador	Responsável pela Apuração	Índice de Referência		Índice Esperado				Índice Apurado
		Data Apuração	Índice	2012	2013	2014	2015	2012
Incremento de Inserções Institucionais na Mídia	TJE	ND	ND	2%	2%	3%	3%	1,2%

Análise: O indicador Incremento de inserções institucionais na mídia, que calcula a variação percentual entre a quantidade de inserções na mídia no ano em relação ao ano anterior, apresentou resultado de 1,2% inferior ao índice esperado de 2%.

Análise Quanto à Concepção do Programa

A falta de integração das iniciativas e ações de políticas públicas dos poderes executivo e legislativo e das instituições que integram o sistema de justiça motivou a criação do Programa Atuação Institucional.

Identificada pela ausência de prática no encaminhamento ordenado das ações e na troca de informações, justifica-se a implantação do programa para contribuir no alcance das missões dos poderes (executivo e legislativo) e das instituições do sistema de Justiça.

Análise Quanto à Implementação do Programa

Para a implementação do Programa foram formatadas quatro ações, das quais se destaca a de "Implementação das Ações de Comunicação e Publicidade". O estabelecimento de parcerias com os órgãos da justiça, o aprimoramento e a padronização dos serviços prestados e a acessibilidade das informações processuais via *on line*, por meio do portal do TJPA, foram estratégias estabelecidas que

concorreram para o alcance do objetivo proposto pelo Programa, “Fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, Instituições e setores de diferentes níveis, bem como disseminar valores éticos e morais”.

Dentre as atividades desenvolvidas, que concorreram para o desempenho do Programa, destacam-se:

- ✓ O convênio firmado entre o TJPA e Defensoria Pública. Destinado ao acompanhamento de processos judiciais, o instrumento permite aos defensores acesso a documentos e tramitação das causas em que atuam como representantes de partes defendidas pela advocacia gratuita.
- ✓ A Reunião com o comando do 51º Batalhão de Infantaria de Selva, por Juízes de Altamira, com o objetivo de promover integração entre o Poder Judiciário e o Exército Brasileiro, principalmente, em razão da grande visibilidade que a região adquiriu em função da construção da Usina de Belo Monte.
- ✓ O Acordo de Cooperação Técnica entre TJPA, SEGUP e SUSIPE, que objetiva a implantação do sistema de envio eletrônico de alvarás de soltura diretamente às unidades carcerárias. O instrumento cooperativo assinala uma nova etapa nos procedimentos do Judiciário no âmbito penal, promovendo significativa agilização no cumprimento de decisões no trânsito entre os juízes e a administração penitenciária, em benefício da pronta execução.
- ✓ A realização do II Encontro de Execução Penal do Estado. Centrado na integração social de apenados, o evento objetiva promover a articulação entre instituições governamentais e não governamentais do Estado do Pará, a fim de criar uma rede de atendimento e prestação de serviços que favoreçam a promoção da cidadania e a reintegração social de presos, egressos, internados por medida de segurança e cumpridores de penas e medidas alternativas. Participaram do encontro, técnicos da execução penal, promotores de justiça que atuam na área, defensores públicos, integrantes de comissões do Sistema Penal e de Direitos Humanos da OAB/PA, Conselho da Comunidade, SUSIPE, Fábrica Esperança, secretarias estaduais de saúde, educação, assistência e trabalho, secretarias municipais além de instituições como a pastoral carcerária.

Em termos orçamentários, em 2012 foram destinados ao Programa **Atuação Institucional** recursos na ordem de R\$ 1,25 milhão, com efetiva execução de R\$ 133,5 mil, correspondente a 10,7% de sua dotação atualizada, aplicados nas ações de comunicação e publicidade.

PROGRAMA: GESTÃO DE PESSOAS**Órgão Responsável:** Tribunal de Justiça do Estado do Pará**Órgão Executor:** Tribunal De Justiça Do Estado Do Pará**Objetivo:** Desenvolver conhecimentos e habilidades de magistrados e servidores com valorização e comprometimento garantindo a eficiência na gestão de recursos humanos.**Público Alvo:** Magistrados e servidores do Poder Judiciário do Estado do Pará**Principais Resultados do Programa**

1. Comarca de Castanhal é a primeira unidade do TJPA a contar com 100% do quadro funcional próprio em todas as atividades desenvolvidas.
2. 557 servidores de 56 Comarcas do Pará foram capacitados por meio do Projeto Servidor Eficiente.
3. Escola Superior da Magistratura do TJPA iniciou, em 2012, Curso Lato Sensu de Especialização em Direito Agroambiental e Minerário, voltados a magistrados e operadores do direito, atendendo 48 pessoas.
4. Parceria entre o Tribunal de Justiça do Pará, Ministério Público, Defensoria Pública e Universidade Federal do Pará, possibilita a realização do I Curso de Especialização *Lato Sensu* em Direito da Criança e Adolescente, atendendo 60 pessoas.
5. 413 servidores nomeados por meio de concurso público

Quadro de Avaliação Física e Financeira das Principais Ações

Ação	Financeiro (Em R\$ 1.000,00)			Físico			
	Dot.Atualizada OGE 2012	Executado (*)	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Capacitação de Magistrados e Servidores em Competências Estratégicas	4.143,44	1.340,82	32	Pessoa Capacitada (Un)	1.671	1.730	103,53
Análise: A ação tem por objetivo capacitar magistrados e servidores dentro do novo padrão de modernização implantado no Poder Judiciário. Para tanto, em 2012, desenvolveu atividades de cunho lato sensu, aperfeiçoamento, cursos de pequena duração, oficinas e palestras que concorreram para o alcance do objetivo proposto. Foram capacitadas 1.730 pessoas, superando, assim, a meta estimada.							
(*) valor liquidado.							

Ação	Financeiro (Em R\$ 1.000,00)			Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2012	Executado (*)	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Contribuição do Poder Judiciário ao Plano de Assistência à Saúde	11.597,88	8.128,02	70,08	N.º de usuários do Plano de Saúde (Un)	7.434	8.423	113,3
Análise: A ação tem por objetivo garantir a vinculação dos membros e dos servidores do Tribunal aos planos de assistência à saúde. Em 2012, foram beneficiados 8.423 usuários, superando a meta em 113,3%, comparando com a meta estimada.							

Ação	Financeiro (Em R\$ 1.000,00)			Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2012	Executado (*)	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Manutenção dos serviços de Assistência à saúde dos usuários do Poder Judiciário	417,75	140,38	33,60	Usuário Atendido (Un)	720	8.737	1.213
Análise: A ação tem por objetivo agilizar as perícias médicas e prestar assistência ambulatorial e odontológica aos membros e servidores do Poder Judiciário. Em 2012, foram beneficiados 8.737 usuários, superando a meta estimada.							

(*) Quando não coincidente com a meta prevista no PPA no ano de 2012, considera-se a meta física programada no Orçamento Geral do Estado (OGE)– 2012.

Análise do Status do Programa

R\$ 1.000,00					
PPA 2012	Dot. Inicial OGE 2012	Dot. Atualizada OGE 2012	Realizado 2012	% Execução *	Status do Programa
13.121,71	13.121,71	17.581,95	10.485,74	60	-
Análise: O Programa apresentou como resultado um percentual de 60% de execução para as ações que corroboram para a efetivação do Programa. Observa-se que o valor da dotação atualizada de R\$ 17,6 milhões e o montante final aplicado foi de R\$ 10,5 milhões.					
Os resultados apresentados neste Status são de dados orçamentários financeiros, pois os dados físicos não constam do sistema GP-PARÁ.					

(*) Percentual do Realizado 2012/Dotação Atualizada OGE 2012

Análise Quanto à Concepção do Programa

Diagnósticos realizados nos diversos polos administrativos do Poder Judiciário identificaram a necessidade de capacitação de magistrados e servidores, do estabelecimento de estrutura funcional padrão, além do aperfeiçoamento das rotinas (fluxos) de trabalho que garantam o acesso à informação com tempestividade, estudo que motivou a criação do Programa e, assim, promover o aprimoramento das competências, agregando valores éticos e institucionais voltados para o atendimento das demandas dos jurisdicionados, contribuindo para a eficiência aos procedimentos e acessibilidade de informações

Análise Quanto à Implementação do Programa

Para a implementação do Programa foram formatadas sete ações, das quais se destaca a de Capacitação de Magistrados e Servidores em Competências Estratégicas que impacta sobremaneira no alcance do objetivo proposto, “Desenvolver conhecimentos e habilidades de magistrados e servidores com valorização e comprometimento garantindo a eficiência na gestão de recursos humanos”. Para tanto, estratégias como aperfeiçoar e capacitar continuamente magistrados e servidores em conhecimentos jurídicos interdisciplinares, processos eletrônicos e sistemas de TI; capacitar em gestão por competência de modo a incentivar o melhor aproveitamento das habilidades; priorizar e fomentar o uso dos instrumentos de educação a distância; e, incentivar o processo digital e a mudança cultural, foram concebidas e colocadas em prática para concorrer com a excelência da execução do programa.

Outro aspecto a se considerar é a constituição dos quadros de pessoal nas Comarcas do interior, exclusivamente com servidores efetivos no provimento de vagas existentes e na adequação funcional ao aumento das demandas e abrangência da prestação jurisdicional nas diferentes regiões do Estado. Preocupação que se materializou no Planejamento Estratégico 2010-2014, por meio do Projeto de “Alocação de Recursos Humanos” e efetivado mediante a realização dos concursos públicos para provimento dos cargos disponíveis no âmbito do TJPA. Efetivamente, em 2012, a Comarca de Castanhal destacou-se por ser a primeira unidade do TJPA a contar com 100% do quadro funcional próprio em todas as atividades desenvolvidas. O processo em Castanhal é significativo, por se tratar de uma grande Comarca do Interior do Estado, dotada de seis Varas, com as respectivas secretarias, acrescidas dos setores administrativos.

Ressalta-se que, em 2012, o TJPA, através da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior, executou 55% do Projeto Servidor Eficiente, capacitando 557 servidores em 56 Comarcas do Pará, com expressivas atividades que integram o Programa de Padronização de Procedimentos Judiciais do TJPA, estando em consonância com as metas prioritárias relacionadas pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ e previstas no Planejamento Estratégico 2010/2014 do TJPA. Lançado em agosto de 2012, o projeto visa ainda oferecer ao servidor o conhecimento e a experiência prática para o bom desenvolvimento da atividade judiciária, estabelecendo o padrão mínimo de atuação em todas as Unidades Judiciárias que compõem o TJPA.

Dentre as diversas atividades voltadas à capacitação de magistrados e servidores, com vistas a se alcançar uma prestação jurisdicional a contento da sociedade, destaca-se:

- ✓ Curso *Lato Sensu* de Especialização em Direito Agroambiental e Minerário envolvendo aspectos peculiares a questões ambientais e minerárias submetidas a decisões de magistrados. Realizado em convênio com a Universidade Federal do Pará - UFPA, Vale S/A e Associação dos Magistrados do Pará – AMEPA, a iniciativa visa proporcionar aos magistrados e operadores do direito o aprofundamento sobre matéria que passou a frequentar as demandas judiciais e a consequente atuação dos protagonistas das causas que suscitam.
- ✓ Curso *Lato Sensu* de Especialização em Gestão Judiciária, voltado a diretores de secretaria (1º e 2º grau) da capital com o objetivo de dotar os participantes de ferramentas capazes de entender aspectos essenciais de gestão e planejamento, bem como na adoção de procedimentos padronizados a fim de tornar a prestação jurisdicional mais célere e efetiva.
- ✓ I Curso *Lato Sensu* de Especialização em Direito da Criança e Adolescente, por meio de Convênio firmado entre o Tribunal de Justiça do Pará, através da Escola Superior da Magistratura (ESM-PA), com o Ministério Público, Defensoria Pública e Universidade Federal do Pará. O curso visa a capacitação e o aperfeiçoamento profissional de magistrados e membros do Ministério Público e Defensoria Pública que atuam na área.
- ✓ I Oficina de Prática Processual, com a participação de 30 pessoas, entre servidores, estagiários e voluntários, com o objetivo de fomentar e discutir o Manual de Rotinas Criminais e Execução Penal, conforme orientação do CNJ. A Oficina promoveu palestras de “Processo de Conhecimento”, “Inquérito Policial”, “Lei Maria da Penha e seus aspectos relevantes” e “Tribunal do Júri”. Outro aspecto da oficina foi a busca pelo fortalecimento das relações interpessoais proporcionado pelas atividades, com maior integração dos magistrados e servidores nas funções que exercem como facilitadores da Justiça.
- ✓ Curso “Iniciação em Justiça Restaurativa”, realizado no município de Altamira, com o objetivo de disseminar os conceitos, princípios e experiências sobre o assunto para a rede de atendimento à criança, ao adolescente e à família. A ação faz parte da primeira etapa do projeto de “Disseminação de Práticas em

Justiça Restaurativa” da Comarca que, além do curso, prevê a formação de um Grupo de Estudos sobre o assunto e a criação da Central e Núcleo de Práticas de Justiça Restaurativa. O curso, além de seu alto valor a área, também se destaca por seus participantes, representantes: do Conselho Tutelar, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Ministério Público, Polícia Militar, Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), ECOM (órgão de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes), Juizado Especial Criminal, Vara de Violência Doméstica Contra a Mulher, SEDUC (10ª URE) e UFPA, além de organizações da sociedade Civil como o “SOS Vida”, Prelazia do Xingu e Fundação Tocaia.

- ✓ Foram nomeados por meio de concurso público 413 novos servidores.

Em termos orçamentários, em 2012 foram destinados para o **Programa Gestão de Pessoas**, recursos na ordem de R\$ 17,6 milhões, sendo efetivamente aplicados R\$ 10,5 milhões, correspondente a 60% de sua dotação atualizada, aplicados na capacitação de magistrados e servidores e nos serviços de assistência à saúde dos usuários do Poder Judiciário.

PROGRAMA: RESPONSABILIDADE SOCIAL

Órgão Responsável: Tribunal De Justiça Do Estado Do Pará - TJE

Órgão(s) Executor (es): TJE

Objetivo: Promover a inclusão social, por meio de ações que contribuam para o fortalecimento da educação e da consciência dos direitos e deveres do cidadão.

Público Alvo: População do Estado do Pará.

Principais Resultados do Programa

1. Projeto Pai Presente desenvolvido pela Casa de Justiça e Cidadania realizou 832 atendimentos para reconhecimento de paternidade.
2. Projeto “Conquistando a Liberdade” contemplou cerca de 1.000 internos do sistema carcerário com prestação de serviços comunitários em 100 escolas da rede pública estadual, em 9 Comarcas do estado.
3. Projeto Conhecer para Construir é implantado na Comarca de Marapanim, com objetivo de promover a cultura da paz nas escolas municipais.
4. 28 internos das Varas de Execuções Penais de Paragominas e Marabá foram certificados em cursos de pedreiro e eletricista, numa parceria com a UEPA, SETER, SENAI, Prefeituras e Vale do Rio Doce.
5. Realização da 4ª Semana do Meio Ambiente do TJPA com atividades que objetivaram o despertar da consciência ecológica e o consumo sustentável, contando com o apoio do Museu Goeldi, DEMA, BPA, UFRA, Sistema FAEPA/SENAR, EMBRAPA, SECON-PMB, SEMMA-PMB e SEMA.
6. TJPA, por meio da Casa de Justiça e Cidadania (CJC), em parceria com o Tribunal Regional Eleitoral (TRE), SESC e Secretaria de Segurança Pública (SEGUP-PA), promoveu ações voltadas à comunidade, com prestação de vários serviços gratuitos. Entre eles, a realização de exames de DNA para reconhecimento paterno e emissão de documentos.
7. Os municípios de Abaetetuba, Castanhal e Belém, aprovam lei municipal de incentivo e reconhecimento às empresas privadas que destinam postos de trabalho aos egressos do Sistema Penal

Quadro de Avaliação Física e Financeira das Principais Ações

Em R\$ 1.000,00

Ação	Financeiro (Em R\$ 1.000,00)			Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2012	Executado (*)	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Justiça e Cidadania	123,15	4,1	3,3	Pessoa atendida	13.902	8.631	62

Análise: A ação Justiça e Cidadania é um dos projetos do plano de gestão bienal 2011-2012 e constitui-se numa prática efetiva de responsabilidade socioambiental, com vistas à promoção do acesso à justiça por meio do conhecimento dos direitos básicos de cada cidadão.

O registro de atendimento foi realizado pela Casa de Justiça e Cidadania, a qual desenvolve suas ações em parceria com diversos órgãos e entidades do estado. Especificamente, no que tange ao TJPA, foram realizados 1.013 atendimentos entre reconhecimento de paternidade, cadastro e coleta de DNA.

O projeto tem por escopo ações de cidadania. Em 2012 foram desenvolvidas ações que contribuíram para o alcance do objetivo proposto de viabilizar o acesso aos direitos e esclarecimento dos direitos e deveres do cidadão, tais como:

Palestras em escolas, incentivando a cooperação e a prática de ações sociais e o despertar da responsabilidade socioambiental.

Campanhas e ações sociais, numa parceria Escola e Justiça, que resultam no reconhecimento voluntário de paternidade e a regularização da cidadania de crianças e adolescentes.

Ações de conscientização do cidadão e Operadores de Direito com relação a Leis específicas como: Maria da Penha de enfrentamento da violência doméstica e a impunidade e Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Parcerias efetivadas que incluíram também ações de orientação na área de saúde, realização de exames básicos, cadastramento para percepção de benefícios sociais, como bolsa família, expedição de documentos, casamentos comunitários.

Ações com vistas a estimular a adoção de atitudes e procedimentos que levem ao uso consciente dos recursos naturais e dos bens públicos, contribuindo para reduzir os impactos ambientais causados pela entrega da prestação jurisdicional.

Ação	Financeiro (Em R\$ 1.000,00)			Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2012	Executado (*)	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Projeto Aguapé	428,74	184,27	42,98	Pessoa Atendida	200	623	312

Análise:

A ação Projeto Aguapé tem por objetivo promover a reinclusão social dos apenados da justiça e egressos do sistema penal, em 2012 teve sua execução concretizada por meio de ações de qualificação profissional, captação de vagas no mercado, encaminhamento para o mercado de trabalho e regularização de documentação dos presos em regime aberto, semiaberto, de penas alternativas e egressos do Sistema Penal, com cobertura tanto na Região Metropolitana de Belém como nas demais Comarcas do interior do estado.

A ação contempla tanto os cumpridores de penas, quantos os seus familiares, o que redundará em benefício para a comunidade, haja vista o foco de trabalhar na prevenção e no combate a redução dos índices de criminalidade e de reincidência.

Destacam-se as seguintes atividades:

Lançamento do CD do Coral do Centro de Referência Feminino (CRF).

Realização de 35 mutirões carcerários nas Comarcas do Estado, com 4.603 benefícios concedidos.

Estabelecimento de mais quatro Convênios com empresas e instituições para oferta de vagas a presos e egressos do sistema penal e cumpridores de penas e medidas alternativas, totalizando 12 empresas conveniadas.

Realização 4ª LIBERT ART, com exposição de 31 telas produzidas por reclusos do sistema penitenciário, a partir do tema Círio, a Festa do Povo, em parceria entre o TJPA e a Pastoral Carcerária.

(*) Quando não coincidente com a meta prevista no PPA no ano de 2012, considera-se a meta física programada no Orçamento Geral do Estado (OGE)– 2012

Análise do Status do Programa

R\$ 1.000,00

PPA 2012	Dot. Inicial OGE 2012	Dot. Atualizada OGE 2012	Realizado 2012	% Execução *	Status do Programa
1.200,13	1.200,13	744,47	188,38	25,3%	-

Análise: O Programa apresentou como resultado um percentual de 25,3% de execução para as ações que corroboram para a efetivação do Programa. Observa-se que o valor da dotação atualizada de R\$ 744 mil e o montante final aplicado foi de R\$ 188 mil.

Os resultados apresentados neste *status* são de dados orçamentários financeiros, pois os dados físicos não constam do sistema GP-PARÁ.

(*) Percentual do Realizado 2012/Dotação Atualizada OGE 2012

Análise dos Indicadores

Indicador	Responsável pela Apuração	Índice de Referência		Índice Esperado				Índice Apurado
		Data Apuração	Índice	2012	2013	2014	2015	2012
Número de Pessoas beneficiada pelos projetos sociais	TJE	2009	2.238 pessoas	2.591 pessoas	2.721 pessoas	2.858 pessoas	3.000 pessoas	9.254 pessoas

Análise: O índice apurado em 2012 superou em mais de 300% o índice previsto, demonstrando a efetiva parceria firmada do TJPA com outros órgãos e entidades.

Análise Quanto à Concepção do Programa

A necessidade de ampliar a prestação de serviços judiciais, a fim de promover a cidadania com foco na responsabilidade social, motivou a criação do Programa na busca de suprir a ausência de ações voltadas para o fortalecimento da disseminação e da prática dos direitos e deveres do cidadão de forma educativa, bem como possibilitar aos apenados e egressos do sistema penal sua reintegração ao convívio social.

A responsabilidade social gera a necessidade de voltar o olhar para os cumpridores de penas e medidas alternativas, bem como apenados e egressos do sistema penitenciário, após o cumprimento do que lhe foi imputado, uma vez que quase a totalidade deste público alvo não dispõe de ações que garantam ou possibilitem sua reintegração socio familiar e profissional, o que concorre para sua reincidência.

As ações do programa estão embasadas e têm o foco na responsabilidade socioambiental.

Análise Quanto à Implementação do Programa

O Programa tem como objetivo promover a inclusão social, por meio de ações que contribuam para o fortalecimento da educação e da consciência dos direitos e deveres do cidadão, celebrando parcerias e convênios com entidades públicas e privadas, nos âmbitos federal, estadual e municipal, para viabilizar projetos de responsabilidade social, entre elas SUSIPE, Polícia Militar do Estado, SEJUDH, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Prefeituras e organizações não governamentais.

O Programa é constituído por 03 (três) ações, e teve sua execução efetiva por meio do Projeto Aguapé e Justiça e Cidadania, que contribuíram para o alcance do objetivo proposto.

No ano de 2012 foram destinados ao Programa Responsabilidade Social recursos orçamentários no valor de R\$ 744,47 mil, dos quais R\$ 188,38 mil foram efetivamente aplicados, correspondente a 25,3% do montante inicialmente previsto. Importante ressaltar que, os recursos deste Programa foram, em grande parte, viabilizados por meio da fonte do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário (FRJ).

PROGRAMA: GERENCIAMENTO E CONTROLE DA ARRECAÇÃO DAS RECEITAS DO FRJ

Responsável: Tribunal de Justiça do Estado Do Pará

Órgão Executor: TJE

Objetivo: Maior eficiência na arrecadação e no controle das receitas do Fundo de Reparelhamento do Judiciário (FRJ)

Público Alvo: População do Estado do Pará.

Principais Resultados do Programa

1. Instalado em 80 (oitenta) Comarcas o Módulo de arrecadação do LIBRA;
2. Arrecadação extrajudicial foi instalado o Sistema Integrado de Custas (SIC) em 32 cartórios extrajudicial;
3. Arrecadação do FRJ de R\$ 59 milhões, em 2012

Quadro de Avaliação Física e Financeira das Principais Ações

Ação	Financeiro (Em R\$ 1.000,00)			Físico			
	Dot.Atualizada OGE 2012	Executado (*)	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Implementação do Módulo de Gestão da Arrecadação Judicial	127,4	34,6	27,2	Módulo Implementado	4	80	2.000

Análise: O Módulo gestão de arrecadação, além de objetivar o controle eletrônico das custas judiciais, também serve para descentralizar para as Sedes da região judiciária algumas atividades relacionadas a arrecadação, a fim de que estas possam dar suporte as Comarcas integrantes da região. Em 2012 foram instalados em 80(oitenta) comarcas o Módulo de arrecadação do LIBRA o que permitiu a informatização do processo de arrecadação em todas as Comarcas, o que proporcionará a gestão dos dados de arrecadação relacionados ao processo.

A gestão da arrecadação em todas as Comarcas do Estado depende ainda da disponibilização de relatórios gerenciais pela informática como: quantidade de processos distribuídos por Comarca/Vara; quantidade de processos com pedidos de assistência entre outros.

(*) valor liquidado

Ação	Financeiro (Em R\$ 1.000,00)			Físico			
	Dot.Atualizada OGE 2012	Executado (*)	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Implementação dos Sistemas de Arrecadação Judicial e Extrajudicial	833,3	458,9	55,1	Unidade com Sistema Implementado	47	112	238,3

Análise: Essa ação alcançou 238,3% em unidades com Sistema implementado. Este Sistema permite gerenciar de forma eletrônica as receitas do Fundo de Reparelhamento do Judiciário (FRJ). Em 80 Comarcas foi instalado o módulo de arrecadação do Sistema LIBRA, isto para a arrecadação judicial. Quanto à arrecadação extrajudicial foi instalado o Sistema Integrado de Custas (SIC) em 32 cartórios extrajudicial.

Ação	Financeiro (Em R\$ 1.000,00)			Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2012	Executado (*)	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Implementação do Sistema de Controle dos Depósitos Judiciais	282	161	57,1	Sistema Implementado	1	1	100
<p>Análise: Essa ação executou 57,1%, dos recursos disponíveis. A finalidade foi de migrar o Sistema de Depósitos Judiciais do BANPARÁ para um sistema próprio do Tribunal de Justiça tendo todas as fases informatizadas nos procedimentos. A execução foi de 100% no alcance da meta.</p>							

(*) Quando não coincidente com a meta prevista no PPA no ano de 2012, considera-se a meta física programada no Orçamento Geral do Estado (OGE)– 2012

Análise do Status do Programa

R\$ 1.000,00					
PPA 2012	Dot. Inicial OGE 2012	Dot. Atualizada OGE 2012	Realizado 2012	% Execução *	Status do Programa
844,4	844,4	1.242,8	655,0	52,71	-
<p>Análise: O Programa apresentou como resultado um percentual de 52,71% de execução para as ações que corroboram para a efetivação do Programa. Observa-se que o valor inicial de R\$ 844 mil houve suplementação de R\$ 1.242,8 mil com o valor efetivamente aplicado de apenas R\$ 655 mil.</p> <p>Os resultados apresentados neste Status são de dados orçamentários/financeiros, pois os dados físicos não constam do sistema GP-PARÁ.</p>					

(*) Percentual do Realizado 2012/Dotação Atualizada OGE 2012

Análise dos Indicadores

Indicador	Responsável pela Apuração	Índice de Referência		Índice Esperado				Índice Apurado
		Data Apuração	Índice	2012	2013	2014	2015	2012
Arrecadação do Fundo de Reparcelamento do Judiciário	Estatística do TJE	ND	ND	44 milhões	46 milhões	48 milhões	50 milhões	59 milhões
<p>Análise: A meta registrou 34% de aumento entre o que foi programado e o que foi executado no ano. A arrecadação ficou em R\$ 59 milhões.</p>								

Análise Quanto à Concepção do Programa

A estratégia de concepção do Programa se originou da necessidade de melhor gerenciamento e controle da arrecadação de receitas do Fundo de Reparcelamento

do Judiciário (FRJ), isto possibilitará fortalecimento da gestão e governança com transparência. O Programa foi concebido com 03 (três) ações: Implementação do Módulo de Gestão de Arrecadação Judicial; Implementação do sistema de Controle dos Depósitos Judiciais e Implementação dos Sistemas de Arrecadação Judicial e Extrajudicial, que corroboram com o objetivo do Programa para maior eficiência na arrecadação e no controle das receitas do FRJ.

Análise Quanto à Implementação do Programa

A Estratégia de implementação surgiu da necessidade de adequar o sistema de arrecadação judicial e extrajudicial para um sistema desenvolvido via WEB e este ser instalado nas Comarcas do Estado. Outra estratégia para alcance do objetivo do Programa é de capacitar operadores dos sistemas de arrecadação.

Importante ressaltar que, os recursos deste Programa foram, na íntegra, viabilizados por meio da fonte do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário (FRJ).



MINISTÉRIO PÚBLICO



PROGRAMA: DEFESA DA SOCIEDADE**Órgão Responsável:** Ministério Público do Estado do Pará**Órgão(s) Executor (es):** Ministério Público do Estado do Pará**Objetivo:** Assegurar à sociedade a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.**Público Alvo:** Famílias com renda de 0 a 20 salários mínimos.**Principais Resultados do Programa**

1. Expansão da atuação no Ministério Público junto às demandas da população paraense, com acréscimo significativo do número de processos analisados/concluídos, que passou de 323.373 programado no PPA, para 364.558 realizado, atingindo 112,74% de alcance da meta estimada, contemplando os processos judiciais e os extrajudiciais;
2. Atuação significativa no combate ao crime organizado e a improbidade administrativa, com a realização de mais de 2.500 procedimentos, superando a meta programada em 3.857%;
3. Atendimento em torno de 2.500 demandas da população por meio da ação “O Ministério Público e a Comunidade”, que tem a finalidade de contribuir para o fortalecimento da cidadania e melhoria da qualidade de vida da população;
4. Melhoria e expansão da infraestrutura física e tecnológica das Promotorias de Justiça, com vistas a garantir maior qualidade na prestação os serviços à população.

Quadro de Avaliação Física e Financeira das Ações

Em R\$ 1.000,00

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot.Atualizada OGE 2012	Executado	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Implementação de Atividades em Defesa da Sociedade	109.941.380,00	107.081.655,38	97,40	Processo analisado/Un	323.373	364.558	112,74%
Análise: Por meio dessa ação foi garantida a efetivação dos direitos fundamentais da população, com atendimento a mais de 364.000 processos de natureza judicial e extrajudicial, alcançando 112,74% da meta física programada e 97,4% da execução financeira.							

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot.Atualizada OGE 2012	Executado	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Melhoria da rede física do Ministério Público	3.997.120,00	3.077.451,04	77,00	Prédio reformado/Un.	24	19	79%
Análise: A ação alcançou 79% da meta física programada, que correspondeu a 19 prédios reformados, localizados em 11 municípios do Estado. Ressalta-se ainda, que nesse exercício ficaram mais duas obras de reforma que não foram concluídas, localizadas em outros dois municípios paraenses. Esse desempenho foi compatível com a execução financeira da ação que correspondeu a 77%.							

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot.Atualizada OGE 2012	Executado	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Gestão da Tecnologia da Informação do Ministério Público	7.777.635,00	5.901.141,82	75,87	Sistema Implementado/Un	30	31	103%
<p>Análise: Esta ação corresponde aos sistemas informatizados voltados ao funcionamento das atividades finalísticas e meio da Instituição, cuja execução física ultrapassou a meta programada, atingindo 103%, ou seja, dos 30 sistemas programados, foi implementado um a mais, atingindo um total de 31 sistemas. A execução financeira ficou em torno de 76% do valor programado, uma vez que se conseguiu executar a ação com um custo menor.</p>							

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot.Atualizada OGE 2012	Executado	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Formação e Capacitação dos Integrantes do Ministério Público	711.915,00	480.637,85	67,51	Integrante capacitado/Um	402	532	132,34%
<p>Análise: A ação tem a finalidade de aprofundar conhecimentos e habilidades específicas dos integrantes do Ministério Público, atingindo 532 pessoas capacitadas, correspondendo a 132,34% da meta física programada. A execução financeira atingiu 67,5% do valor programado, indicando que foi possível o alcance da meta física a um custo menor.</p>							

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot.Atualizada OGE 2012	Executado	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Desenvolvimento Organizacional do Ministério Público	538.500,00	186.200,88	34,58	Processo Implantado/Um	7	5	71%
<p>Análise: Dos sete processos programados para implantação em 2012, apenas dois não tiveram sua execução viabilizada, estimando-se que esses ocorram em 2013. Assim, a ação atingiu 71% do programado, representado pelos seguintes processos implementados/implementação: Plano Geral de Atuação, Planos de Atuação das Procuradorias e Promotorias de Justiça, Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores e Revisão da Estrutura Organizacional. A execução financeira ficou em torno de 35%, uma vez que alguns processos implementados apresentaram custos menores do inicialmente previsto.</p>							

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot.Atualizada OGE 2012	Executado	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Combate às Organizações Criminosas e a Improbidade Administrativa	357.560,00	41.835,29	11,70	Procedimento realizado/Um	65	2.507	3.857%
<p>Análise: Por conta do processo de reestruturação e fortalecimento da unidade responsável por esta ação, houve um incremento significativo da atuação da instituição nessa área, na ordem de 3.757 %, com destaque para as pesquisas de pessoas físicas e jurídicas, às manifestações da Vara de Entorpecentes e Combate as Organizações Criminosas, às operações de inteligência, às buscas e apreensões, às prisões, etc. A execução financeira ocorreu muito abaixo do valor programado, uma vez que a maioria das ações ocorreu a um custo muito baixo ou a custo zero, utilizando a própria estrutura institucional existente.</p>							

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot.Atualizada OGE 2012	Executado	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Apoio Técnico aos Órgãos de Execução e de Administração do Ministério Público	241.000,00	209.355,81	86,87	Procedimento técnico realizado/Um	879	1.708	194,30%
<p>Análise: A ação tem a finalidade de fortalecer a capacidade técnica dos órgãos de execução (Procuradores e Promotores de Justiça) e dos órgãos de administração, por meio de proposição de ações, consultas, pareceres, dentre outros, atingindo, nesse exercício, 194% da meta física programada, com a realização de mais de 1.700 procedimentos técnicos, voltados prioritariamente, às áreas de educação, saúde, infância e juventude, agrária, consumidor, improbidade, criminal e meio ambiente. A execução financeira também atingiu um desempenho bom, com um percentual de realização em torno de 87%.</p>							

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot.Atualizada OGE 2012	Executado	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Apoio Técnico e Administrativo para a Implementação de Atividades em Defesa da Sociedade	82.819.960,00	80.706.155,05	97,45	Unidade apoiada/Um	198	197	99,5%
Análise: A ação está voltada para viabilizar o apoio técnico e administrativo às unidades que compõem a estrutura administrativa do Ministério Público, atingindo, nesse exercício, em torno de 100%, tanto da meta física, como da execução financeira.							

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot.Atualizada OGE 2012	Executado	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Ministério Público e a Comunidade	166.800,00	21.014,89	12,60	Demanda atendida/Um	20.000	2.497	12,48%
Análise: A ação sofreu uma retração significativa no ano de 2012, com um desempenho muito aquém do programado, ou seja, em torno de 12%. Esse fato foi por conta da paralisação dos núcleos de atendimento permanente, que ocorreu pela necessidade de agilizar a implantação do processo de reestruturação dessa atividade, cuja nova proposta tem a finalidade de facilitar maior acesso da população aos serviços oferecidos pelo Ministério Público, divulgar as atividades da instituição para propiciar maior proximidade com a comunidade, estimular e fortalecer lideranças comunitárias no processo de mediação de demandas e conflitos, dentre outras, de forma a contribuir para o fortalecimento da cidadania e melhoria da qualidade de vida da população. Somente em fevereiro/2013, foi aprovada pelo Colégio de Procuradores de Justiça a Resolução nº. 004/2013-CPJ, que dispõe sobre a reestruturação da referida ação. A expectativa é que a partir de 2013 se possa alcançar as metas programadas.							

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot.Atualizada OGE 2012	Executado	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Expansão da Rede Física do Ministério Público	8.866.010,00	5.995.424,77	67,62	Prédio construído/Um	8	7	87,5%
Análise: A ação alcançou quase 88% da meta física programada, que correspondeu a 7 obras totalmente concluídas em prédios de promotorias de Justiça, localizados em 6 municípios do Estado. Ressalta-se ainda, que nesse exercício ficaram mais 4 obras em andamento que serão concluídas em 2013, localizadas em Belém e Santarém. A execução financeira ocorreu abaixo da execução física, haja vista o redimensionamento dos custos das obras, a quando da sua execução, bem como a não conclusão de outras.							

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot.Atualizada OGE 2012	Executado	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Gerenciamento das Ações a cargo do Fundo de Reaparelhamento do Ministério Público do Estado do Pará	2.535.000,00	890.096,10	35,11	Promotória implementada/Um	2	-	-
Análise: A meta inicialmente prevista nessa ação, voltada à construção e aparelhamento de uma promotória de justiça não foi realizada. Houve redimensionamento dos recursos financeiros programados, por conta do ingresso dos recursos oriundos da arrecadação do concurso público realizado para os servidores deste Ministério Público, os quais foram utilizados para o pagamento da primeira etapa, à empresa contratada para viabilizar o concurso, correspondendo em 35% de execução financeira.							

Análise do Status do Programa

R\$ 1.000,00

PPA 2012	Dot. Inicial OGE 2012	Dot. Atualizada OGE 2012	Realizado 2012	% Execução *	Status do Programa
239.823	240.723	217.034	204.591	94,26	Ótimo

Análise: O Programa apresentou como resultado uma execução em torno de 94% da dotação atualizada, o que contribuiu para atingir o status de ótimo desempenho. Das onze ações que compõem o Programa, dez tiveram desempenho de bom a ótimo, no que diz respeito à eficiência. Apenas a ação "O Ministério Público e a Comunidade", por conta das razões apresentadas na análise, teve desempenho insuficiente.

(*) Percentual do Realizado 2012/Dotação Atualizada OGE 2012

Análise dos Indicadores

Indicador/Unidade/Fonte	Responsável pela Apuração	Índice de Referência		Índice Esperado				Índice Apurado
		Data Apuração	Índice	2012	2013	2014	2015	2012
Grau de Satisfação da Sociedade	MP/PA	2010	67%	70%	75%	80%	85%	-
Taxa de Descongestionamento Judicial	MP/PA	2010	95%	96%	97%	98%	100%	97%
Taxa de Descongestionamento Extrajudicial	MP/PA	2010	14%	20%	30%	40%	50%	9,24%

Os indicadores medem a eficiência na prestação dos serviços à sociedade, demonstrando a agilidade na solução e/ou encaminhamento das demandas judiciais e extrajudiciais.

O indicador da Taxa de Descongestionamento Judicial corresponde a média dos processos/atos devolvidos para decisão judicial, atingindo em 2012, um índice de 97%, superando o índice esperado que era de 96%.

O indicador da Taxa de Descongestionamento Extrajudicial corresponde a média dos processos/atos instaurados e concluídos, de natureza extrajudicial, atingindo em 2012, um índice em torno de 9%, ficando abaixo do índice esperado, que era de 20%. Para esse índice, a Instituição está procedendo estudos, haja vista sua superestimativa, objetivando o redimensionamento do mesmo, o que se realizará na próxima revisão do PPA.

Quanto ao indicador referente ao Grau de Satisfação da Sociedade não foi possível, nesse exercício, realizar a sua apuração, o que está sendo providenciado para ser avaliado a partir do exercício de 2013.

Análise Quanto à Concepção do Programa

O Programa foi concebido a partir da necessidade de garantir a efetivação dos direitos fundamentais do cidadão e o controle das políticas públicas, nas diversas áreas de atuação institucional; de intensificar e combater o crime organizado e a improbidade administrativa, como forma de garantir a segurança e a estabilidade da sociedade; e facilitar o acesso da população carente aos serviços do Ministério Público Estadual, contribuindo na melhoria da qualidade de vida e no fortalecimento da cidadania.

Análise Quanto à Implementação do Programa

A implementação do Programa tem o objetivo de assegurar à sociedade a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

No exercício de 2012 foram destinados para o Programa Defesa da Sociedade, recursos orçamentários na ordem de R\$ 217 milhões, dos quais R\$ 205 milhões foram efetivamente aplicados, correspondendo a 94% do valor programado, cuja fonte de financiamento foi o Tesouro Estadual e o Fundo de Reaparelhamento do Ministério Público do Estado do Pará.

ÓRGÃOS CONSTITUCIONAIS INDEPENDENTES





MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

PROGRAMA: LEGITIMAÇÃO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS

Órgão Responsável: Ministério Público de Contas do Estado do Pará

Órgão (s) Executor (ES): Ministério Público de Contas do Estado do Pará

Objetivo: Fiscalizar o cumprimento e guarda da Constituição e Proteção do Erário

Público Alvo: Sociedade

Principais Resultados do Programa

- Execução e acompanhamento de 3.311 processos, parte deles que integravam o acervo do Tribunal de Contas do Estado do Pará, hoje, resolvidos parcialmente.
- Por iniciativa do Procurador Geral de Contas do Ministério Público de Contas do Estado do Pará, Dr. Antonio Maria Filgueiras Cavalcante, houve assinatura do **TERMO DE COOPERAÇÃO MÚTUA**, constituído pelos seguintes Órgãos: Ministério Público de Contas do Estado do Pará, Tribunal de Contas do Estado do Pará, Ministério Público do Estado do Pará, Procuradoria Geral do Estado do Pará, Auditoria Geral do Estado do Pará e Secretaria de Estado da Fazenda do Pará.
- O resultado desta união e com base nas cláusulas do **ACORDO**, foram contabilizados diversos procedimentos para proteção mais eficaz do Erário Público, objetivando de imediato recuperar parte da Dívida Ativa (passivo do Estado) cujo valor total, já em recuperação, é de R\$14.734.629,66 (quatorze milhões, setecentos e trinta e quatro mil, seiscentos e vinte e nove reais e sessenta e seis centavos) e Multas que somaram R\$1.000.911,28 (hum milhão, novecentos e onze reais e vinte e oito centavos), o que demonstra perda para o Erário de R\$15.735.540,94 (quinze milhões, setecentos e trinta e cinco mil, quinhentos e quarenta reais e noventa e quatro centavos).
- Através do Projeto (ação) – **Atendimento ao Contribuinte Cidadão** em que há integração entre este Órgão e a Comunidade, objetivando inicialmente de forma pedagógica, para então, no segundo momento, deixar que a sociedade após aprender a fazer o controle social, possa agir em favor de todos. Houve atendimento de 1.300 cidadãos, através de distribuição de cartilhas informativas e palestras.
- **Termo de Compromisso de Conduta** – é o instrumento para agilizar processos que integram atividades do Tribunal de Contas do Estado do Pará. Onde destacamos Aposentadorias. O primeiro **TERMO DE COMPROMISSO** foi assinado pelo Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará –

Quadro de Avaliação Física e Financeira das Ações

Em R\$ 1.000,00

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2012	Executado	% Execução	Produto / Unidade de Medida	Programação*	Executado	Execução*
4506 - Implementação das Ações de Defesa e Valores Públicos	11.853.592,24	11.702.170,12	98,72%	Processos analisados	4.000	3.311&	82,72%
<p>Análise: A meta deste programa alcançou 82,72% do proposto, não atingindo todo o programado em razão da existência de um passivo de processo com mais de 10 anos em Tramitação no Tribunal de Contas do Estado, o que demanda tempo maior na instrução e julgamento dos aludidos processos. Informamos ainda que o prazo regimental para tramitação dos processos, no Ministério Público de Contas é de 15 dias, o qual foi rigorosamente cumprido.</p>							

Em R\$ 1.000,00

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2012	Executado	% Execução	Produto / Unidade de Medida	Programação*	Executado	Execução*
4363 – Atendimento ao Contribuinte Cidadão	17.500,00	12.134,88	69,34%	Cidadão atendido	500	1.300%	69,34%
<p>Análise: As ações desenvolvidas neste programa constaram de atendimentos ao público alvo em forma de palestras e distribuição de revistas especializadas.</p>							

(*) Quando não coincidente com a meta prevista no PPA no ano de 2012, considera-se a meta física programada no Orçamento Geral do Estado (OGE) – 2012

PROGRAMA: MANUTENÇÃO DA GESTÃO**Órgão Responsável:** Ministério Público de Contas do Estado do Pará**Órgão (s) Executor (ES):** Ministério Público de Contas do Estado do Pará**Objetivo:** Implementação de ações que viabilizem a gestão administrativa do Órgão.**Público Alvo:** Servidor da área administrativa do Órgão.**Principais Resultados do Programa**

O Programa foi atendido com eficácia.

Quadro de Avaliação Física e Financeira das Ações

Em R\$ 1.000,00

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2012	Executado	% Execução	Produto / Unidade de Medida	Programação*	Executado	Execução*
2903 – Administração de Recursos Humanos	6.591.100,00	6.564.715,93	99,90%	Servidor atendido		100%	100%

Análise: A Administração de Recursos Humanos foi gerida com eficácia, com resultado satisfatório para o servidor do Órgão.

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2012	Executado	% Execução	Produto / Unidade de Medida	Programação*	Executado	Execução*
4534 – Operacionalização das Ações Administrativas.	813.000,00	745.827,39	91,73%	Servidor atendido		100%	100%

Análise: Neste campo foram desenvolvidas ações que viabilizaram a gestão administrativa do Órgão, de forma adequada, gerando bens e serviços ao servidor, qualificando-o e resultando em melhor aproveitamento no desenvolvimento de suas atividades.

(*) Quando não coincidente com a meta prevista no PPA no ano de 2012, considera-se a meta física programada no Orçamento Geral do Estado (OGE) - 2012

PROGRAMA: VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR**Órgão Responsável:** Ministério Público de Contas do Estado do Pará**Órgão (s) Executor (ES):** Ministério Público de Contas do Estado do Pará**Objetivo:** Criar condições de trabalho que proporcione a excelência na gestão pública de pessoas e a segurança da saúde ocupacional do servidor.**Público Alvo:** Servidor público do Órgão**Principais Resultados do Programa**

O Programa foi atendido com eficácia.

Quadro de Avaliação Física e Financeira das Ações

Em R\$ 1.000,00

Ação	Financeiro			Produto / Unidade de Medida	Físico		
	Dot. Atualizada OGE 2012	Executado	% Execução		Programação*	Executado	Execução*
6004 – Auxílio – Alimentação	1.320.000,00	1.308.669,13	99,14%	Servidor atendido		100%	100%
Análise: Através desta ação foram atendidas as necessidades de alimentação dos servidores, representado pelo vale alimentação.							

Em R\$ 1.000,00

Ação	Financeiro			Produto / Unidade de Medida	Físico		
	Dot. Atualizada OGE 2012	Executado	% Execução		Programação*	Executado	Execução*
6243 – Auxílio –Transporte	138.000,00	135.387,48	98,10%	Servidor atendido		100%	100%
Análise: Através desta ação foram atendidas as necessidades de transporte, por veículos coletivos, dos servidores do Órgão, gerando bem estar aos mesmos.							

Em R\$ 1.000,00

Ação	Financeiro			Produto / Unidade de Medida	Físico		
	Dot. Atualizada OGE 2012	Executado	% Execução		Programação*	Executado	Execução*
6003 – Assistência médica e odontológica.	180.000,00	169.940,75	94,41%	Servidor atendido		100%	100%
Análise: Foram atendidos os servidores do órgão com assistência médica-odontológica através de plano de saúde							

(*) Quando não coincidente com a meta prevista no PPA no ano de 2012, considera-se a meta física programada no Orçamento Geral do Estado (OGE) - 2012



Ministério Público

**Junto ao Tribunal de contas
dos Municípios do Estado do Pará**

PROGRAMA: LEGITIMAÇÃO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS
Quadro de Avaliação Física e Financeira das Ações

Em R\$

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2012	Executado	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Implementação das ações de defesa dos bens e valores Públicos	10.041.200,00	6.211.148,98	61,98	Processo Analisado	2.600	4.058	156,07

Análise: A ação principal deste órgão que era de 6.781.200,00, foi atualizada para 10.041.200,00 através do superávit financeiro, tendo uma execução de 92% da dotação inicial

Análise do Status do Programa

PPA 2012 (R\$)	Dot. Inicial OGE 2012 (R\$)	Dot. Atualizada OGE 2012 (R\$)	Realizado 2012 (R\$)	% Execução *
6.781.200,00	6.781.200,00	10.041.200,00	6.211.148,98	61,98

Análise: A ação principal obteve resultado satisfatório, superando até a expectativa de programação na parte física.

(*) Percentual do Realizado 2012/Dotação Atualizada OGE 2012

Análise dos Indicadores

Indicador	Responsável pela Apuração	Índice de Referência		Índice Esperado				Índice Apurado
		Data Apuração	Índice	2012	2013	2014	2015	2012
Tempo médio de apreciação dos processos pelo MPCM/PA Fonte: DI	MPCM/PA	DEZ/2011	100 DIAS	68	55	48	30	70,3 DIAS
Índice de procedimentos padronizados e manualizados pelo MPCM/PA Fonte: DI	MPCM/PA	-	Não Têm	80% de Padronização	85% de Padronização	90% de Padronização	95% de Padronização	80% de Padronização

Análise Quanto à Concepção do Programa

O programa em referência consubstancia-se nas competências essenciais do Ministério Público de Contas dos Municípios de Estado do Pará, que é de defender os interesses da sociedade e de fiscalizar a execução da lei, com independência funcional e administrativa.

Análise Quanto à Implementação do Programa

No intuito de se firmar como instituição de excelência no serviço público, o Ministério Público de Contas dos Municípios vem empreendendo esforço no sentido de promover a transferência da gestão pública e intensificar o uso da tecnologia da informação. No ano de 2012, com apoio dos servidores, o MPCM/PA implementou várias ações voltadas para o alcance dos objetivos que evidenciam o compromisso institucional com a necessidade permanente de aperfeiçoamento e fiscalização

PROGRAMA: MANUTENÇÃO DE GESTÃO
Quadro de Avaliação Física e Financeira das Ações

Em R\$

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2012	Executado	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Operacionalização das Ações Administrativas	1.780.000,00	737.747,80	41,44	Ação Realizada	100	41,44	41,44
Análise: A manutenção de Gestão foi satisfatória, apenas com um incremento através do superávit financeiro.							

Em R\$

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2012	Executado	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	6.365.048,00	5.091.393,14	79,99	Ação Realizada	100	79,99	79,99
Análise: Para viabilizar a manutenção de gestão foi necessário incremento orçamentário e financeiro							

Análise do Status do Programa

PPA 2012 (R\$)	Dot. Inicial OGE 2012 (R\$)	Dot. Atualizada OGE 2012 (R\$)	Realizado 2012 (R\$)	% Execução *
5.938.048,00	5.935.048,00	8.145.048,00	5.829.140,94	71,56
Análise:				

(*) Percentual do Realizado 2012/Dotação Atualizada OGE 2012

Análise Quanto à Concepção do Programa

O programa sintetiza ações administrativas que auxiliam o Ministério Público Contas dos Municípios do Estado do Pará no desempenho de suas competências institucionais e legais, viabilizando, os meios necessários para o controle da administração pública.

Análise Quanto à Implementação do Programa

O Programa de manutenção da gestão viabilizou o desempenho regular da Administração.

PROGRAMA: VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO

Quadro de Avaliação Física e Financeira das Ações

Em R\$

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2012	Executado	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Assistência Médica e Odontológica	300.000,00	0	0	Servidor beneficiado	500	0	0
Análise: Não houve cumprimento da meta.							

Em R\$

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2012	Executado	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Auxílio Alimentação	1.077.555,00	929.305,76	86	Servidor beneficiado	470	468	99,57
Análise: Para viabilizar a valorização do servidor público foi necessário um incremento orçamentário e financeiro.							

Em R\$

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2012	Executado	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Auxílio Transporte	10.000,00	0	0	Servidor beneficiado	20	0	0
Análise: Não houve cumprimento da meta.							

Análise do Status do Programa

PPA 2012 (R\$)	Dot. Inicial OGE 2012 (R\$)	Dot. Atualizada OGE 2012 (R\$)	Realizado 2012 (R\$)	% Execução *
1.167.555,00	1.167.555,00	1.387.555,00	929.305,76	79,59

Análise: As ações que compõem o Programa apresentaram desempenho suficiente quanto à eficiência

(*) Percentual do Realizado 2012/Dotação Atualizada OGE 2012

Análise Quanto à Concepção do Programa

O aprimoramento da gestão de pessoas é um dos objetivos estratégicos do Ministério Público de Contas, e a valorização profissional do servidor é aspecto imprescindível para o cumprimento desses objetivos, visando a eficiência, eficácia e efetividade na prestação do serviço público em benefício da sociedade.

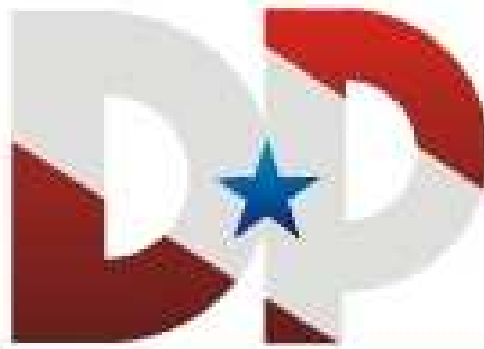
Análise Quanto à Implementação do Programa

O Programa deu-se de forma satisfatória para os servidores deste Ministério Público de Contas dos Municípios.



DEFENSORIA PÚBLICA





Defensoria Pública do Estado do Pará

**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-20115
PROGRAMA PROMOÇÃO E DEFESA DE DIREITOS
EXERCICIO 2012**

BELÉM – PARÁ

MARÇO 2013

CORPO GESTOR

LUIS CARLOS DE AGUIAR PORTELA

Defensor Público Geral do Estado do Pará

ADALBERTO DA MOTA SOUTO

Sub-defensor Público Geral do Estado do Pará

PAULA CUNHA DA SILVA DENADAI

Diretora Metropolitana

FLORISBELA CANTAL

Corregedora

ALEXANDRE MARTINS BASTOS

Diretor do Interior

JENIFFER DE BARROS R. ARAÚJO

Diretora do Centro de Estudos

SILVIO DARLEY PEREIRA FERNANDES

Diretor Administrativo e Financeiro

EQUIPE NUPLAN

MARCUS VINICIUS GOMES HOLANDA

Coordenador

ANA DO SOCORRO NUNES MOURA JATENE SOUZA

Assistente Administrativo

ANA CRISTINA BRABO DE ARAUJO

Assistente Administrativo

NORMA SUELY VALENTE RIBEIRO

Assessora de Planejamento

GABRIELA CAVALCANTE

Estagiária

KETLLEN SARMENTO

Estagiária

LORENA CAMPOS

Estagiária

NEIZA QUEIROZ

Estagiária

PROGRAMA: PROMOÇÃO E DEFESA DE DIREITOS**ÓRGÃO EXECUTOR:** Defensoria Pública

OBJETIVO: Garantir Assistência Jurídica integral, gratuita, judicial e extrajudicial aos necessitados, prestando-lhes a orientação e a defesa em todos os graus e instâncias, de modo coletivo ou individual, priorizando a conciliação e a promoção dos direitos humanos.

PÚBLICO ALVO: Pessoa em estado de vulnerabilidade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA: Defensoria Pública do Estado do Pará

R\$ 108.723.154,57 (cento e oito milhões setecentos e vinte e três mil cento e cinquenta e quatro reais e cinquenta e sete centavos) foi o valor total da execução do Programa, considerando todas as suplementações, e esteve distribuído nos seguintes termos, conforme os grupos de despesas:

GRUPOS DE DESPESAS

Ação	Meta Física			
	Unidade de medida	Prevista	Realizada	% de execução
Realização das Ações do Balcão de Direitos	Atendimento Realizado	30200	48605	161
Implementação das ações de Tecnologia de Informação	Unidade Integrada	12	6	50
Implementação do Núcleo de Atendimento Especializado a Mulher Vítima de Violência Doméstica – NAEM	Atendimento Realizado	3990	3481	87
Consolidação das Ações de Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - NAECA	Atividade Realizada	37970	19386	51
Execução do Programa Estadual de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos	Pessoa Atendida	11	171	1555
Expansão das Ações e Gestão da Defensoria Pública do Estado	Unidade Implementada	10	-	0
Implementação do Núcleo Especializado em Defesa do Consumidor	Pessoa Atendida	1200	4649	387
Implantação das Ações das Atividades do Centro de Estudos	Pessoa Capacitada	6432	660	10
Nomeação de Defensores e Servidores	Servidor Nomeado	157	37	24
Promoção e Defesa de Direitos pelas Defensorias Agrárias	Família Assistida	8223	7221	88
Realizações de Ações de Orientação Jurídica e Defesa de Pessoa Carente na Capital	Procedimento Realizado	198227	78437	40
Realizações de Ações de Orientação Jurídica e Defesa de Pessoa Carente no Interior do Estado	Procedimento Realizado	266045	343867	129
Realização de Assistência e Orientação Jurídica Criminal e Penitenciária	Atividade Realizada	4038	28797	713
Realização e Defesa e Promoção dos Direitos Humanos	Atendimento Realizado	1321	299	23
Execução das Ações de Grande Impacto pela Defesa de Direitos Individuais e Coletivos	Família Atendida	16200	2258	14

1- Pessoal: R\$ **84.479.063,00**

3- Custeio: R\$ **14.864.231,76**

4- Investimento R\$ **9.379.859,81**

AÇÕES DO PROGRAMA

A Defensoria Pública do Estado do Pará cuja missão é “Garantir Assistência Jurídica integral, gratuita, judicial e extrajudicial, aos legalmente necessitados, prestando-lhes a orientação e a defesa em todos os graus e instâncias, de modo coletivo ou individual, priorizando a conciliação e a promoção dos direitos humanos”, centraliza suas atividades no *Programa Promoção e Defesa de Direitos* o qual distribui os recursos em quinze diferentes ações, a saber:

Realizações de Ações de Orientação Jurídica e Defesa de Pessoa Carente na

Capital: com esta ação a Defensoria disponibiliza os recursos para atendimento na Região Metropolitana de Belém: a Sede, localizada no bairro do Comércio, Núcleo do Guamá, Núcleo da Marambaia, Núcleo Distrital de Icoaraci e Núcleo Distrital de Mosqueiro, além do atendimento nos municípios circunvizinhos, Núcleo de Ananindeua, Núcleo de Marituba, Núcleo de Benevides e Núcleo de Santa Isabel. Nesta ação estão ainda disponibilizados os recursos para os núcleos especializados conforme a solicitação da demanda, como por exemplo, Núcleo Especializado de Atendimento ao Homem Autor de Violência Contra a Mulher, Núcleo do Consumidor, Núcleo da Família.

Os recursos desta ação estão distribuídos para a manutenção da estrutura da instituição na capital, como as locações, pagamento de utilidade pública, aquisição de material de expediente, manutenção de empresa terceirizada em limpeza e conservação de prédios, segurança armada, fornecimento de combustível, fornecimento de passagens, por exemplo, Nesta ação, ainda, encontra-se o recursos do convênio firmado entre a Defensoria Pública e a Universidade Federal do Pará (UFPA), o Projeto Pai Legal, o qual disponibiliza sessenta exames de DNA para comprovação de paternidade.

Os investimentos desta ação estão concentrados nas reformas prediais da capital e aquisição de equipamentos, sobretudo na nova sede de atendimento localizada na Rua Manoel Barata.

Realizações de Ações de Orientação Jurídica e Defesa de Pessoa Carente no

Interior do Estado: Conforme a Resolução CSDP Nº. 082 de 29 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial do Estado em 05/10/2011, a Defensoria Pública do Estado do Pará redesenhou o mapa de atendimento no interior do estado, conforme as Regiões transcritas a seguir, portanto os recursos desta ação estão disponibilizados para os municípios enumerados abaixo seja com defensores

lotados ou seja por meio de itinerância, para tal a instituição mantém imóveis locados, custeia a manutenção, realiza despesas com utilidade pública entre outras.

Em parceria com o Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará – IDESP -a Defensoria vem realizando um trabalho de pesquisa o qual tem como finalidade o conhecimento do perfil da população atendida com o intuito de aprimorar este atendimento. Nesta fase da pesquisa encontra-se no interior e é custeado por esta ação.

Os investimentos desta ação estão concentrados em reforma predial no Interior do estado e aquisição de móveis e equipamentos.

Núcleo Regional	Municípios Constantes
Núcleo Regional Do Guamã	Castanhal, Bujaru, Colares, Curuçá, Igarapé-Açu, Inhangapi, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Capim, São Francisco do Pará, São João da Ponta, Terra Alta, Vigia
Núcleo Regional Do Caeté	Capanema, Garrafão do Norte, Capitão Poço, Ourém, Augusto Correa, Bonito, Bragança, Cachoeira do Piriá, Nova Timboteua, Nova Esperança do Piriá, Peixe-Boi, Primavera, Quatipuru, Salinópolis, Santa Luzia do Pará, Santarém Novo, São João de Pirabas, Tracuateua, Viseu.
Núcleo Regional Do Tocantins	Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju.
Núcleo Regional do Marajó	Breves, Oeiras do Pará, Afuá, Anajás, Bagre, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Melgaço, Muaná, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista, Soure.
Núcleo Regional do Rio Capim	Paragominas, Aurora do Pará, Concórdia do Pará, Dom Eliseu, Ipixuna do Pará, Irituia, Mãe do Rio, Tomé-Açu, Ulianópolis, Santa Maria do Pará e São Miguel do Guamã.
Núcleo Regional do Lago Tucuruí	Tucuruí, Tailândia, Breu Branco, Goianésia do Pará, Novo Repartimento, Pacajá e Anapu.
Núcleo Regional do Carajás	Marabá, Jacundá, Itupiranga, Nova Ipixuna, Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Palestina do Pará, Parauapebas, Piçarra, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, São João do Araguaia, Rondon do Pará e Abel Figueiredo.
Núcleo Regional do Araguaia	Redenção, Água Azul do Norte, Bannach, Conceição do Araguaia, Cumaru do Norte, Floresta do Araguaia, Ourilândia do Norte, Pau d'Arco, Rio Maria, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu, Sapucaia, Tucumã e Xinguaçu.
Núcleo Regional do Baixo Amazonas	Santarém, Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Terra Santa, Placas, Mojuí dos Campos e Rurópolis.
Núcleo Regional do Xingu	Altamira, Gurupá, Brasil Novo, Medicilândia, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará, Vitória do Xingu.
Núcleo Regional do Tapajós	Itaituba, Aveiro, Jacareacanga, Novo Progresso, Trairão.

Implantação das Ações das Atividades do Centro de Estudos: Através desta ação a Defensoria mobiliza recursos para aperfeiçoamento profissional através de curso, seminários, congressos, oficinas e aperfeiçoamento dos membros da carreira e servidores da Defensoria Pública

Destaca-se: a parceria com Centro de Capacitação da Universidade Federal do Pará (CAPACIT), objetivando capacitar os servidores da Instituição, promovendo cursos de qualificação em áreas diversas, a fim de melhorar ainda mais os serviços oferecidos à população; o convênio com a UFPA para a realização do I Curso de Especialização em Direito da Criança e do Adolescente, na modalidade de pós-graduação *lato sensu*, com a carga horária mínima de 485 (quatrocentas e oitenta e cinco) horas-aula.

Por esta rubrica também são disponibilizado recursos para a bolsa de estágio. O planejamento estratégico da instituição o qual sinaliza as decisões da administração da Defensoria é custeado por esta ação e ainda o Mapeamento de Competências o qual irá potencializar os recurso humanos, alocando-os de acordo com sua perícia profissional.

Nomeação de Defensores e Servidores: Com esta ação a Defensoria disponibiliza recursos reabastecer o quadro funcional da instituição, com a nomeação de Defensores e servidores. No ano de 2012 foram feitas as seguintes nomeações: 1 Técnico em Gestão Pública – Engenheiro, 1 Técnico em Gestão Pública – Bibliotecário, 65 Assistentes Administrativos, 17 Auxiliares Operacionais e 20 Defensores Públicos.

Implementação das ações de Tecnologia de Informação- Esta ação é responsável pela estruturação e manutenção do sistema de informática o qual é responsável, por exemplo, pela uniformização de todas as unidades da Defensoria Pública através de um sistema integrado de atendimento- o SCPJWEB, implantação do Projeto de Vídeo Conferencia e do Sistema de diárias.

Por esta ação são disponibilizados recursos para a compra de toner para impressoras, contratação de serviços especializados em informática, contratação de serviços de acesso à internet por link dedicado, acesso por modens e acesso via rádio, aquisição de tokens USB para certificação digital, aquisição de aparelhos eletrônicos (tablete, celular smartphone) para uso corporativo.

Implementação do Núcleo de Atendimento Especializado a Mulher Vítima de Violência Doméstica – NAEM. Esta ação tem o encargo de gerenciar as atividades

do processo de implantação do Núcleo de atendimento à mulher vítima de violência doméstica o qual este ano concentrou o atendimento na capital do estado e obteve o resultado de 87% no GP Pará.

Consolidação das Ações de Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – NAECA: Esta ação se destina a consolidação do Núcleo da Criança e do Adolescente o qual tem por finalidade o trabalho com crianças e adolescentes em estado de vulnerabilidade social ou familiar. O núcleo além do atendimento jurídico, pelos defensores públicos, oferece atendimento psicossocial. O atendimento em 2012 foi realizado em Belém, Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Breve, Castanhal, Redenção e Santarém.

O custeio desta rubrica se destina a pagamento de diárias, suprimentos de fundos, locação de imóvel, despesas com palestrantes, material de divulgação (cartazes, folderes e camisas).

Entre as atividades desenvolvidas em 2012 estão a realização de visitas e acompanhamentos jurídicos e psicopedagógico sem abrigos, palestras, seminários e o III Congresso Nacional dos Defensores Públicos da Infância e da Juventude, realizado em Belém.

Realização das Ações do Balcão de Direitos: Em 2012 foi destinada para as Ações do Balcão de Direitos a dotação orçamentária no valor de R\$ 244.785,00 que recebeu um crédito suplementar no final de abril de 2012 no valor de R\$ 60.000,00, passando a ter a dotação atualizada de R\$ 304.875,00. Através desta ação a Defensoria Pública tem como objetivo Difundir a conscientização de Direitos e Deveres a Assistência Jurídica sobre Direitos Humanos e cidadania: conciliação e mediação de conflitos por meio de acordos e soluções pacíficas e emissão de documentação. O produto analisado nesse projeto-atividade é denominado *Atendimento Realizado*, considerando que foram atendidos 67 municípios totalizando 132.013 atendimentos na capital e interior, ultrapassando a meta estabelecida em 437%, previamente estabelecido em 30.200 atendimentos para 2012. Os procedimentos mais procurados foram fotos (51.919), CPF (39.920), Carteira de Identidade (11.916), CTPS (9.166) e Ações Judiciais (19.902). Através da parceria com o PROPAZ foi possível a expansão e ampliação dos atendimentos como mostram os resultados. Garantindo assim aos cidadãos todos os direitos garantidos pela Constituição Federal, pois antes de se falar em acesso ao Direito e a Justiça, há de se recomendar o acesso à cidadania.

Execução do Programa Estadual de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos: Esta ação tem por finalidade fornecer meios de proteção, garantindo a

integridade física e psíquica de Defensores de Direitos Humanos e seus familiares em situação de risco e os quais se encontrem em risco eminente de morte, através do Programa Estadual dos Direitos Humanos, excluindo-se os meios de proteção policial. A atividade está concentrada na manutenção da ação: diárias, passagens, locação de imóvel, despesas com condomínio, hospedagem para assistido.

Implementação do Núcleo Especializado em Defesa do Consumidor: Esta ação busca atender a demanda crescente de consumidores cujos direitos foram lesados. A ação em 2012 foi concentrada na capital, totalizando 4.649 atendimentos e obteve o resultado excelente.

Promoção e Defesa de Direitos pelas Defensorias Agrárias: Esta ação tem por finalidade a prevenção e resolução de conflitos agrários, através da mediação entre produtores e trabalhadores rurais, movimentos sociais, povos indígenas, comunidades remanescentes de quilombos atingidos por barragens, seringueiros e ribeirinhos, garantindo-lhes a defesa judicial e extrajudicial. As atividades foram desenvolvidas em Altamira, Castanhal e Santarém. Foram realizados 7.221 atendimentos, totalizando 8% da meta. Como atividade relevante houve o I Encontro de Defensores agrários do Estado do Pará.

Execução das Ações de Grande Impacto: Esta ação tem por finalidade atender as atividades estratégicas dos Grupos de Trabalho de Belo Monte e outras políticas governamentais de grande vulto que atinjam pessoas necessitadas no Estado do Pará. As atividades foram concentradas em Altamira onde foi criado o *Grupo Especial de Trabalho Belo Monte* em função da construção da usina de Belo Monte e somaram 2.2588 atendimentos. Ainda através desta ação esta sendo executado Projeto “A Defensoria Pública nos Bairros” que consiste no atendimento jurídico e prestação de serviços no total, foram 4.930 atendimentos em 07 (sete) dos 12 (doze) bairros que serão impactados com a construção da Hidrelétrica de Belo Monte.

Realização e Defesa e Promoção dos Direitos Humanos: Esta ação tem como objetivo defender a pessoa com seus Direitos Humanos violados. Entre as atividades estão: Participação no II Fórum Municipal da Pessoa com Deficiência, Celebração de casamentos comunitários e uniões homo afetivas; Criação do Centro de Combate ao Racismo. Foram realizados 299 atendimentos.

Realização de Assistência e Orientação Jurídica Criminal e Penitenciária: Esta ação tem por finalidade Prestar assistência e orientação jurídica criminal e

penitenciária Através da realização visitas e atendimentos em casas Penais e centros de recuperação bem como mutirões para atendimento e análise processual dos internos da Colônia Agrícola Heleno Fragoso (CAHF), Mutirão Carcerário da 1ª Vara de Execução Penal, no Centro de Reeducação Feminino, no município de Ananindeua, mutirão em marabá no Centro Regional de Recuperação Agrícola “Mariano Antunes” (CRRAMA), sessões do Tribunal do Júri, I Seminário de “Reintegração do Homem Autor de Violência Domestica”, reuniões periódicas com os homens da Lei Maria da Penha e equipou a brinquedoteca do Centro de Detenção Provisório de Icoaraci, totalizando 28.797 atividades realizadas.

Expansão das Ações e Gestão da Defensoria Pública no Estado: Através desta ação que tem como objetivo a Modernização da estrutura física e tecnológica da Defensoria Pública na capital e interior, incluindo-se reforma e adaptação do prédio de onze andares o qual será referência de atendimento ao cidadão carente. No exercício de 2012 foram realizadas as seguintes reformas na Capital: 1) Reforma e adequações em imóveis que hoje sediam, na capital, o Núcleo Avançado de Atendimento Criminal – NACRI e o Núcleo de Atendimento Especializado do Homem – NAEH as quais expandiram o número de gabinetes para os Defensores e proporcionaram um melhor conforto para os assistidos, além da implantação do Serviço DISK 129; 2) Reforma e adequações ao novo prédio sede do Núcleo de Atendimento Especializado à Criança e ao Adolescente- NAECA ; o espaço de atendimento conta agora com amplos gabinetes de atendimento jurídico e psicopedagógicos bem como sala de brinquedoteca e está localizado na rua Gama Abreu, bairro da Campina ; 3) Reformas no Prédio Sede da Defensoria no 4º andar, onde funciona o Centro de Estudos ,no 5º andar, nas Diretorias Metropolitana e do Interior, e no setor do Núcleo de Planejamento e no 6º, no gabinete do Sub Defensor e chefia de gabinete. No interior do estado foram realizadas a seguinte obras reformas: 1) Reforma e adequação da nova sede da Defensoria Pública de Santarém , abrangendo uma área total de 642 m2 (com 614,96 m² de área construída), o prédio possui 02 (dois) pavimentos, totalmente climatizados , além de modernos equipamentos informatizados e mobiliários novos. O local inclui 01 (um) espaço para triagem; 06 (seis) gabinetes cíveis; 04 (quatro) gabinetes penais; 01 (uma) secretária; 02 (duas) salas para o atendimento da equipe psicossocial do NAECA, 01 (uma) sala para o atendimento do Núcleo das Defensorias Públicas Agrárias; 01 (uma) sala da secretaria; 01 (uma) sala de arquivo; 01 (uma) copa, com área para refeitório; 01 (uma) sala de reunião e 07 (sete) banheiros, incluindo 01 adaptado para portadores de necessidades especiais, além de 01 (uma) área para o estacionamento de 04 (quatro) carros; 2) Reforma e Adaptação da

Defensoria de Benevides a qual proporcionou a integração de um amplo espaço próprio, totalmente climatizado, que ofereceram melhor atendimento, com mais conforto e comodidade. Em sua estrutura física, a nova sede é composta por 01 (uma) sala de espera ; 01 (uma) sala de triagem; 2 (dois) gabinetes para o atendimento dos defensores públicos; 01 (uma) secretaria; 01 (uma) sala de arquivo; 02 (dois) banheiros e 01 (uma) copa , a nova sede da Defensoria no município de Capanema entregue a população agora conta com um espaço amplo, climatizado e com total acessibilidade aos portadores de necessidades especiais.

**Secretaria de
Estado de Planejamento,
Orçamento e Finanças**

**Secretaria
Especial
de Gestão**

